



Plano de Logística Sustentável

PLS - TRT-PR
RELATÓRIO DE DESEMPENHO
2020

Última atualização: 09 de fevereiro de 2021

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Gestão 2019-2021

Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos - Presidente

Desembargador Célio Horst Waldruff - Vice-Presidente

Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos - Corregedora Regional

Unidades Envolvidas:

Comissão de Responsabilidade Socioambiental

Setor de Sustentabilidade

Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística

Secretaria de Licitações e Contratos

Secretaria de Engenharia e Arquitetura

Secretaria Administrativa

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria da Tecnologia da Informação

Subcomissão Permanente Gestora do Plano de Logística Sustentável:

Mário Luis Krüger - Presidente

Alessandra Souza Garcia - Suplente

Nelson Amazonas Girão de Araújo - Titular

Francoise Vaz Zoraski - Suplente

Rafael Araújo Leal – Titular - Suplente

Luiz Henrique Tacconi

Arnaldo Rogério Pestana - Titular

Paulo Celso Gerva - Suplente

Anadélia Trentini Campara - Titular

Regina Conceição Ciscato de Lima - Suplente

Cleuci Biembenguti da Silva - Titular

Elizângela Gomes Barboza - Suplente

Valéria Cobbe - Titular

Lucimara Schroeder - Suplente

Clemerson Keiber - Titular

Carlos Alberto Oberlander Lopes - Suplente

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do TRT-PR - 2020. /
Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. - (fev. 2020). - Dados eletrônicos. -
Curitiba, 2020-

Anual

Modo de acesso: https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=4&pagina=RELATORIOS_PLS

1. Sustentabilidade - relatório. 2. Justiça do Trabalho. I. Título

CDU 504.03(047)

SUMÁRIO

Introdução	5
1. Objetivos	7
2. Implementação e Avaliação do PLS-TRT-PR	8
3. Resultados	9
Eixo de Atuação 01: Gestão de resíduos sólidos.....	9
Eixo de Atuação 02: Gestão de materiais de consumo	17
Eixo de Atuação 03: Eficiência energética.....	24
Eixo de Atuação 04: Eficiência no consumo de água	27
Eixo de Atuação 05: Gestão de contratos de aquisição de equipamentos de informática	31
Eixo de Atuação 06: Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados	40
Eixo de Atuação 07: Gestão de contratos de terceirização	44
Eixo de Atuação 08: Capacitação e educação socioambiental.....	50
Eixo de Atuação 09: Qualidade de vida no trabalho	54
Eixo de Atuação 10: Gestão de contratos de projetos de engenharia.....	69
Eixo de Atuação 11: Gestão de outros materiais/insumos Telefonia.....	82
Eixo de Atuação 12: Gestão de outros materiais/insumos Combustível.....	85
Eixo de Atuação 13: critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.	86
5. Inventário de Materiais	93
6. Considerações Finais.....	94

INTRODUÇÃO

"A necessidade é a melhor mestra e guia da natureza. A necessidade é terna e inventora, o eterno freio e lei da natureza." (Leonardo da Vinci)

A sustentabilidade, presente na pauta global das organizações públicas e privadas, pode ser definida como a capacidade que um indivíduo/grupo de indivíduos tem de manter-se inserido num determinado ambiente sem, contudo, produzir impactos prejudiciais a esse meio.

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná guia-se em suas ações pela sustentabilidade, ou seja, por aquilo que é ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. Esses valores refletem-se nas práticas diárias de consumo das Unidades, nas aquisições de produtos e serviços e no planejamento estratégico das condutas do Tribunal.

Nesse contexto, o Plano de Logística Sustentável (PLS) que se apresenta é uma ferramenta que contempla os parâmetros norteadores do planejamento e definição de responsabilidades, ações, metas, indicadores, prazos de execução, métodos de monitoramento, avaliações de práticas sustentáveis e racionalização de bens e recursos dos órgãos públicos.

São indicados os resultados dos 13 eixos de atuação em que se estrutura o PLS, assinalando-se que, doravante, serão revistos os horizontes de atuação, mediante consideração das necessidades.

São os seguintes os eixos de atuação:

1. Gestão de Resíduos Sólidos
2. Gestão de Materiais de Consumo
3. Eficiência Energética
4. Eficiência no Consumo de Água
5. Gestão de Contratos de Aquisição de Equipamentos de Informática
6. Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados
7. Gestão de Contratos de Terceirização
8. Capacitação e Educação Socioambiental
9. Qualidade de Vida no Trabalho
10. Gestão de Contratos de Projetos de Engenharia
11. Gestão de Outros Materiais/Telefonia
12. Gestão de Outros Materiais/Combustível
13. Critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.

Atendido o compromisso de toda a sociedade com as políticas públicas, tal como previsto no art. 204, da Constituição Cidadã de 1988, e tendo presente a limitação

orçamentária vivenciada pelos Tribunais, as ações de sustentabilidade e o foco no cumprimento das metas do PLS são indispensáveis à administração racional dos escassos recursos disponíveis, em prol da manutenção da excelência da prestação jurisdicional.

A presente edição do Plano de Logística Sustentável visa a informar os resultados alcançados em 2020, observando que, nesse exercício, o País, a exemplo do que ocorreu em âmbito mundial, foi atingido pela pandemia do Covid 19, o que alterou significativamente a rotina de todo o corpo funcional deste Regional. Vale salientar que, no mês de março de 2020, deu-se início ao trabalho remoto, prejudicando, assim, a mensuração dos indicadores propostos anteriormente, por se tratar de um ano totalmente fora dos padrões comuns do planeta.

Ilse Marcelina Bernardi Lora
Desembargadora Presidente da Comissão de
Responsabilidade Socioambiental do TRT9

1. OBJETIVOS

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PLS-TRT9) busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas sustentáveis já em andamento no TRT-PR, além de fornecer diretrizes para realização de novas ações. Tem como principais objetivos:

- a) difundir e promover a prática da otimização e boa gestão do consumo de materiais e insumos no âmbito do TRT-PR;
- b) promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no âmbito do TRTPR;
- c) revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- d) qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- e) estabelecer parcerias, visando à promoção de ações socioambientais e pró-cidadania; e
- f) promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

2. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLS

A implementação e avaliação do plano de logística sustentável, bem como o monitoramento de seu cumprimento, a avaliação contínua de seus resultados e a revisão periódica de seu conteúdo são atribuições da Subcomissão Gestora do PLS-TRT9¹, vinculada à Comissão de Responsabilidade Socioambiental, constituindo-se em instância interna de apoio à governança, de natureza propositiva e de caráter permanente. O trabalho é realizado com o apoio da Secretaria de Gestão Estratégia e Estatística e do Setor de Sustentabilidade.

¹ Subcomissão constituída pela Portaria JP Nº 103, de 02 de setembro de 2015 e hoje regulamentado pela Portaria SGP nº 5/2019, com composição definida pela Portaria SGP nº 12/2020, publicada no DEJT nº 3062/2020, disponibilizado em 18/09/2020.

A primeira fase de estruturação do PLS constituiu-se pelo levantamento de dados, estipulação das metas quadrianuais, seguidas das correspondentes avaliações anuais de resultados.

Nesse momento, a subcomissão gestora do PLS e os setores responsáveis pelos respectivos eixos concluem o levantamento dos dados do período proposto e preparam-se para a análise e a revisão do PLS para adequação à nova realidade e às necessidades de nosso Tribunal nos próximos anos.

Ressalta-se que, não obstante tenham sido disponibilizadas as ferramentas de garantia da manutenção dos trabalhos por meio de videoconferências e similares, a adequada execução e monitoramento dos resultados alcançados, por meio do acompanhamento dos indicadores e as atividades de revisão do PLS para o novo período compreendido entre 2021 e 2026, foram prejudicadas pelas restrições decorrentes da pandemia, iniciadas em março de 2020, sem que se verifique até o momento efetiva possibilidade de retorno à normalidade.

3. RESULTADOS

Eixo de Atuação 01: Gestão de resíduos sólidos

Objetivo: Celebração de convênios com os demais órgãos públicos visando à reciclagem de resíduos ou à destinação socioambientalmente correta, para as associações e cooperativas de materiais recicláveis.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<p>Mediante ação continuada de educação ambiental, com a colaboração dos agentes multiplicadores e incentivo contínuo do descarte correto dos resíduos sólidos.</p> <p>Igualmente recordar os prestadores de serviço terceirizado da obrigatoriedade de recolher os resíduos e armazená-los nos sacos de resíduos de acordo com a classificação internacional de cores.</p>	<p>01.1 Destinação de papel para reciclagem (kg)</p>	<p>Diminuir em 25%, a cada ano, o material destinado.</p>	<p>Mensal e Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 20.540 kg. Em 2018, foram destinados à reciclagem 10.571 kg de papel.</p> <p>Houve redução de 49% de papel para reciclagem nas Unidades da capital e interior, em razão da implantação do Pje no âmbito desta Justiça especializada.</p> <p>Deverá ser reavaliado esse indicador e sua meta, considerando o volume de descarte de documentos sigilosos e a tabela de Temporalidade de Documentos Judiciários - área fim e de Documentos Administrativos do TRT-PR. Para que nova meta seja revisada, também deverá ser levado em conta o aumento considerável de descarte de livros e revistas judiciais, os quais sofreram alterações no âmbito da reforma trabalhista. A maioria desse material é oriunda de gabinetes.</p> <p>Sendo assim, essa meta precisa ser revisada.</p> <p>Em 2019, foram destinados 8.090,92 kg de papel para reciclagem. Houve redução de 23,5% em relação a 2018. Tal montante representa 49% do consumo de 2014.</p> <p>A meta para o indicador não foi atingida (revisar a meta para</p>

			o próximo PLS). Em 2020 foram destinados para reciclagem 1.466,80 kg (interior e capital).
	01.2 Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem (unidade)	Diminuir em 10%, a cada ano, o material destinado.	<p>Mensal e Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram destinados à reciclagem 1134 unidades de toners e cartuchos de impressão. Em 2018, o resultado foi de 104 toners destinados à reciclagem.</p> <p>Houve redução de 91% de destinação de suprimentos de impressão para reciclagem.</p> <p>(Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem). No início de 2018 houve alterações nas determinações desse tipo de suprimento (toners e cartuchos). E como houve mudança de algumas impressoras, os insumos não foram totalmente utilizados. A cooperativa deixou de ser contemplada com os insumos originais, sendo que esses foram direcionados aos fabricantes. Os insumos reciclados ou recarregados continuaram sendo enviados para a cooperativa. Tendo ocorrido essa alteração na demanda do material, também houve a diminuição do percentual desses insumos. A meta para o indicador deve ser revisada por conta das alterações ocorridas na logística reversa desses materiais.</p> <p>Em 2019 foram destinadas à reciclagem 648 unidades. A diferença em relação a 2018 justifica-se em razão dos suprimentos usados terem sido recolhidos de todas as unidades pela DMP em 2019. Nos anos anteriores, não houve a concentração da destinação do material, que possivelmente</p>

		era destinado pelas Setoriais ou pelas próprias unidades. Em 2020 foram destinadas à reciclagem 250 toners, os quais foram entregues à cooperativa da capital.
01.3 Destinação de plástico para reciclagem (kg)	Diminuir em 10%, a cada ano, o material destinado.	Mensal e Anual RESULTADOS: Em 2017, o resultado foi de 1.198,60 kg de material plástico. Em 2018, foram destinados à reciclagem 2.438,00 kg de material plástico, resultando em um aumento 103% A meta para o indicador foi atingida. Em 2019, foram destinados 1.354,20 kg de plástico para reciclagem, ocorrendo redução de 44,5%. A meta para o indicador foi atingida. Em 2020 foi destinado à reciclagem o montante de 588,72 kg de plástico.
01.4 Destinação de lâmpadas para descontaminação (unidade)	Destinar 100% do material recolhido pela equipe de manutenção, destinando-o para descontaminação, até 2017.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, o resultado foi de 5.375 (unidades de lâmpadas para descontaminação). Em 2018, o resultado foi de 9.165 (unidades). O aumento contínuo se deve ao processo de troca de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED. Atualmente, no TRT-PR, 100% das lâmpadas inservíveis são encaminhadas para reciclagem e destinação final ambientalmente adequada (descontaminação). Dessa forma, a meta para o indicador foi atingida. Deve ser observado que a meta foi amplamente

			<p>atingida em razão de que o TRT9 estabeleceu parceria com o Programa Reciclus, que atua em consonância com a Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).</p> <p>2019: 0 (zero) lâmpadas (o material recolhido foi armazenado para descarte em 2020).</p> <p>Em 2020 foram 6.856 lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta.</p>
	<p>01.5 Destinação de pilhas e baterias para descontaminação (kg)</p>	<p>A ser estabelecida.</p>	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 47 baterias e 120 kg de pilhas. Valoração do descarte de tais produtos (pilhas e baterias) foi de R\$443,50.</p> <p>Informa-se que os dados dos anos anteriores referem-se à soma de material encaminhado das residências de servidores e os utilizados pelo TRT9.</p> <p>Em 2018, não houve informação dos setores responsáveis (SMP, ASCOM, SEA). As informações constantes nos relatórios anteriores referem-se à soma de material particular e do TRT9, de modo que os dados não são reais. Deverá ser discutido com a Unidade envolvida acerca da destinação que esta sendo dada atualmente às baterias de veículos da frota que são descartadas e/ou trocadas.</p> <p>Atualmente, no TRT-PR, 100% das pilhas e baterias inservíveis são encaminhadas para reciclagem e destinação final ambientalmente adequada (descontaminação). Ainda que nem todo o material inservível seja assim destinado em</p>

			<p>um ano, o remanescente permanece em depósito até atingir-se um total adequado para contratação de empresa em ano seguinte (economia de escala).</p> <p>Em 2019 foram destinadas para descontaminação 119,5 kg de pilhas e baterias.</p> <p>Em 2020 houve a destinação de 362 pilhas para descontaminação. No exercício em questão não ocorreu a destinação de baterias.</p>
	01.6 Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (kg)	Manter a destinação de 100% dos resíduos de Serviço de Saúde.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram encaminhados 220,13 kg de resíduos de saúde. Em 2018, obteve-se a pesagem de 151,90 kg (redução de 45%).</p> <p>Atualmente, no TRT-PR, 100% dos resíduos hospitalares são encaminhados para destinação final ambientalmente adequada (descontaminação). A destinação ocorre mensalmente, mediante contratação de empresa especializada, que retira os resíduos que ficam armazenados em ambiente fechado e com acesso restrito a servidores autorizados.</p> <p>Em 2019 foram destinados para descontaminação 108,400 kg de resíduos de saúde.</p> <p>Em 2020 foram destinados para descontaminação 40,00kg de resíduos de saúde.</p>
	01.7 Destinação de resíduos de obras para reciclagem (kg)	A ser estabelecida.	Mensal/anual

			<p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 285 m³.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 1.580m³.</p> <p>Em 2018, o resultado não foi aferido corretamente, pois o item 01.7 refere-se aos resíduos de obras para reciclagem, tratando-se de materiais que possivelmente poderiam ser reaproveitados; esquadrias de alumínio, portas, divisórias, madeiras. A Cooperativa tem a descrição de quantitativo desse material, mas este deverá ser mensurado em m³. Sendo assim, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura deverá aferir corretamente os resíduos de obras para reciclagem. Há, ainda, os rejeitos destinados para aterro sanitário (resíduos de obras gerais), que são retirados por meio de caçambas. A mensuração referente à quantidade de resíduos decorrentes de obras/reformas no ano de 2018 foi de 1.580m³.</p> <p>Observa-se a necessidade de inserir cláusula contratual para destinação destes resíduos, de forma que a meta a ser estabelecida seja de 100% de destinação dos resíduos de obra para a reciclagem.</p> <p>Em 2019, o resultado foi de 1.272,00m³. (Houve uma diminuição de 19,49% em relação ao ano anterior)</p> <p>Considerando que cada obra tem sua peculiaridade quanto aos resíduos resultantes (reforma produzem mais lixo) e que o tipo de obra varia muito de um ano para o outro, sempre haverá variação na quantidade de resíduos da construção civil. No entanto, informa-se que no exercício de 2019 as equipes de FISCALIZAÇÃO dos contratos gerenciaram a separação, ainda em canteiro de obras, dos materiais que</p>
--	--	--	---

			<p>poderiam ser reaproveitados e que foram destinados à doação, material reciclado portanto.</p> <p>Em 2020 o resultado totalizou 252,50m³.</p>
	<p>01.8 - Destinação de resíduos eletroeletrônicos para reciclagem (cabos elétricos, mídias, outros)</p>	<p>A ser estabelecida.</p>	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2016, a informação não foi prestada em tempo hábil para envio deste relatório ao CNJ. Contudo, o Setor de Sustentabilidade responsabiliza-se por obter, registrar e informar os dados em questão.</p> <p>Em 2017, o servidor da Seção de Ativos e Infraestrutura informou que, até aquele momento, não sabia que deveria haver tal controle e solicitou que a Seção seja informada formalmente a respeito do controle de tais materiais. Deixou, desse modo, de informar a quantidade de resíduos.</p> <p>Em 2018, não se obteve o valor referente a esse eixo, informado pela Divisão de Gestão de TI. O valor aferido foi indicado pela Divisão de Material e Patrimônio, no que respeita ao item 4.1 - Questionário do CNJ Gestão de Resíduos de informática e eletroeletrônicos. Foram destinados 40.330 kg de material para reciclagem e reaproveitamento. Essa aferição contempla resíduos de informática que são elencados no processo de pedidos de doação de bens para entidades cadastradas. Dentro dessa escala de doação de materiais e bens inservíveis, não foi diagnosticado a maneira mais adequada para ajustar os inúmeros itens que encabeçaram o procedimento legal para doação de bens, tendo em vista que "<u>Destinação de resíduos de informática</u>" engloba extensa gama de itens, como resíduos de eletroeletrônicos, cabos elétricos, mídia, o que</p>

			<p>não foi mensurado pelos setores envolvidos. Quanto à Divisão de Gestão de Serviços de TI e Serviço de infraestrutura, a quantidade de resíduos de informática destinados à reciclagem e reaproveitamento ou outra destinação correta não foi mensurada.</p> <p>Faz-se urgente reunião das Unidades envolvidas para que se possa determinar a maneira correta de mensuração desse resultado e estabelecer critérios para cada área envolvida informar o quantitativo anual de destinação de resíduos de informática.</p> <p>Em 2019:</p> <p>SMPR40620 R\$ 704.312,64 - Irrecuperável</p> <p>SMPR40620 R\$ 475.624,48 - Ocioso capital 14-03</p> <p>SMPR40620 R\$ 162698,44 - Ocioso Maringá</p> <p>SMPR40620 R\$ 285100,35 - Ocioso capital 18-06</p> <p>Total: R\$ 162.7735,91</p> <p>Total em Kg: 5239,5</p> <p>Em 2020 não ocorreu a destinação de eletroeletrônicos para reciclagem.</p>
--	--	--	--

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O objetivo não se coaduna com os indicadores, pois não existe indicador que demonstre os resultados do quantitativo de convênios firmados com órgãos públicos. Assim, o objetivo deste indicador deve ser redefinido pela Subcomissão gestora do OLS/TRT-PR.
3. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e conter as atividades previstas para atingir a meta estabelecida, conforme o

indicador. Para isto, a Subcomissão Gestora vai apresentar nova ficha para este eixo de atuação, complementando o plano de ação, pois não depende somente dos multiplicadores socioambientais e prestadores de serviços terceirizados o alcance das metas deste eixo de atuação.

4. A meta estabelecida para o indicador 1.1 foi superestimada e será reavaliada pela Subcomissão Gestora.
5. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.4 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% das lâmpadas adquiridas pelo TRT-PR e que se encontram inservíveis para uso.
6. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.5 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% das pilhas e baterias adquiridas pelo TRT-PR e que se encontram inservíveis para uso.
7. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.6 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% dos resíduos de saúde do TRT-PR, visando à descontaminação do material.
8. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.7 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% dos resíduos de obras do TRT-PR.
9. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.8 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta e reciclagem, anualmente, de 100% dos resíduos eletroeletrônicos do TRT-PR (cabos elétricos, mídias e outros).
10. Deve ser alterada/definida a apuração dos seguintes indicadores: 1.4; 1.5; 1.7 e 1.8. A apuração destes indicadores deve ser semestral/anual.

Eixo de Atuação 02: Gestão de materiais de consumo

Objetivo: Reduzir a utilização de materiais de consumo, a fim de evitar o desperdício e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Sensibilização do corpo funcional quanto: - a real necessidade de	02.1 Consumo de papel branqueado (resmas)	Redução de 25% do consumo total em relação ao valor apurado em 2014 para o primeiro período apurado (2016).	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, foram 9.496 resmas de papel sulfite.

<p>impressão;</p> <ul style="list-style-type: none"> - configuração de impressão em frente e verso; - utilização das ferramentas digitais (e-mail, malote eletrônico, assinatura eletrônica de documentos, sistema de controle de tramitação administrativa-CTA). 			<p>Em 2018, o resultado foi de 9.185 resmas - diminuição de 3%</p> <p>Em 2019, foram consumidas 6.528 resmas de papel sulfite branqueado. Redução de 28,9%, com relação a 2018, e de 55,2% quanto a 2014.</p> <p>Em 2020 o consumo totalizou 8.022 resmas de papel branqueado.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - impressão em formato livreto. - configuração dos documentos impressos no Pje. 	<p>02.2 Consumo de papel reciclado (resmas)</p>	<p>Redução de 10% do consumo total em relação ao valor apurado em 2014 (1.938) para 2016.</p>	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em relação ao consumo de papel reciclado, em 2017 (1.420 resmas).</p> <p>Em 2018, consumo de papel reciclado foi de 1.309 resmas, diminuição de 8%.</p> <p>Em 2019 foram consumidas 1.062 resmas de papel reciclado. Redução de 18,9%, com relação a 2018, e de 45,2% quanto a 2014.</p> <p>Em 2020 o consumo de papel reciclado totalizou 245 resmas.</p>

Sensibilização para a abolição permanente do copo plástico descartável.	02.3 Consumo de copos plásticos descartáveis para água - 180 ml	Redução de 80% consumo total de 2014, para o primeiro período apurado (2016).	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017 o consumo de copos plásticos descartáveis para consumo de água (180 ml) foi de 1.080 pacotes, com 100 unidades cada.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 1.008 pacotes (redução de 7%).</p> <p>Em 2019, o consumo de copos plásticos descartáveis para água foi de 562 pacotes. Redução de 44,2%, com relação a 2018, e de 87,9% quanto ao consumo de 2014.</p> <p>Em 2020 o consumo de copos plásticos descartáveis para água totalizou 386 pacotes.</p>
	02.4 Consumo de copos plásticos descartáveis de 50ml		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o consumo de copos plásticos descartáveis para consumo de café (50 ml) foi de 733 pacotes com 100 unidades cada.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 694 pacotes, com 100 unidades (redução de 5%).</p> <p>Em 2019, o consumo de copos plásticos descartáveis para consumo de café foi de 304 pacotes. Redução de 56,2%, com relação a 2018, e de 84,5% quanto ao consumo de 2014.</p> <p>Em 2020, o consumo de copos plásticos descartáveis para</p>

		café totalizou de 305 pacotes.
	02.5 Gasto (R\$) com copos plásticos descartáveis de 180 ml	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, totalizou valor de R\$ 2.419,20 para a aquisição de copos descartáveis de 180 ml.</p> <p>Já em 2018, o resultado foi de R\$ 2.328,48 (redução de 4%).</p> <p>Esta meta de redução não se aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeira-monetária anual.</p> <p>Em 2019, o resultado foi de R\$ 1.421,86.</p> <p>Redução de 38,9% com relação ao ano anterior (valor de produto pode ter aumento, destoando da redução do consumo do produto).</p> <p>Em 2020, totalizou valor de R\$ 776,58 com a aquisição de copos descartáveis de 180 ml.</p>
	02.6 Gasto (R\$) com copos plásticos descartáveis de 50 ml	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017 totalizou o valor de R\$ 938,24. Em 2018, o</p>

			<p>resultado foi de R\$ 888,32 (redução de 5%).</p> <p>Esta meta de redução não se aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeiro-monetária anual.</p> <p>Em 2019, o resultado foi de R\$ 388,93. Redução de 56,2% com relação ao ano anterior (valor de produto pode ter aumento, destoando da redução do consumo do produto).</p> <p>Em 2020 o gasto com copos plásticos descartáveis de 50 ml totalizou R\$ 390,23.</p>
Redução do consumo de água mineral envasada em garrafas plásticas	02.7 Consumo de unidades de garrações de 10L	Redução de 5%, com relação ao ano anterior.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram 96 garrações de 10 litros consumidos. Em 2017, o resultado foi de 20 garrações (redução de 79%).</p> <p>Em 2018 e 2019 não foram comprados garrações de 10 litros, sendo zero o consumo do item.</p> <p>Em 2020 não houve consumo de unidades de garrações de 10L.</p>
	02.8 Consumo de unidades de garrafas de 1,5L		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram 1.080 garrafas de 1,5 litros sem gás consumidas. Em 2018, o resultado permaneceu em 1.080 garrafas de 1,5 litros, não havendo redução.</p> <p>Em 2019 foram consumidas 804 garrafas de 1,5 litros sem</p>

			<p>gás, com redução de 25,5% em relação a 2018.</p> <p>Em 2020 foram consumidas 60 garrafas de 1,5 litros</p>
	02.9 Consumo de unidades de garrafas de 500 ml com gás		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram consumidas 1.860 garrafas de 500 ml com gás. Em 2018, o resultado foi de 2.160 garrafas, 16% de aumento.</p> <p>Em 2019 foram consumidas 2.220 garrafas de 500 ml com gás.</p> <p>Em 2020 foram consumidas 180 garrafas de 500 ml com gás</p>
	02.10 Gasto (R\$) com aquisição de garrafões de 10L		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram R\$ 480,00 para a aquisição de garrafões de 10 l. Em 2017, R\$178,00 (redução de 63%).</p> <p>Em 2018 e 2019 não foram comprados garrafões de água de 10L, tendo o gasto zerado com tal item.</p> <p>Em 2020 não houve gasto com a aquisição de garrafões de 10L.</p>
	02.11 Gasto (R\$) com aquisição de garrafas de 1,5L		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram R\$ 1.782,00 para a aquisição de garrafas de 1,5 litros.</p>

			<p>Em 2018, a aquisição totalizou R\$ 2.070,00, resultando em um acréscimo de 16%.</p> <p>Em 2019, a aquisição totalizou R\$ 1.340,00 (valor de produto pode ter aumento, destoando da redução do consumo do produto).</p> <p>Em 2020, com a aquisição totalizou o valor de R\$ 100,00.</p>
	<p>02.12 Gasto (R\$) com aquisição de garrafas de 500 ml</p>		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram RS 1.636,00 para a aquisição de garrafas de 500 ml com gás. Em 2017, para aquisição de garrafas de 500 ml o valor foi de R\$ 1.689,50 (acrécimo de 3%).</p> <p>Em 2018, a aquisição totalizou R\$ 2.250,00.</p> <p>Em 2019, a aquisição totalizou R\$ 2.220,00 (valor de produto pode ter aumento, destoando da redução do consumo do produto).</p> <p>Em 2020, a aquisição totalizou R\$ 360,00.</p>

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competentes na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve definir o plano de ação para redução do consumo de garrafões e de garrafas de água;
3. As metas estabelecidas para os indicadores 2.1 a 2.6 deste eixo de atuação serão reavaliadas pela Subcomissão Gestora, pois faz menção somente ao primeiro período apurado (2016), enquanto o horizonte de planejamento deste PLS é até 2020.
4. As metas estabelecidas para os indicadores 2.7 a 2.12 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 10% é anual, e deve ser

definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior.

Eixo de Atuação 03: Eficiência energética			
Objetivo: Diminuir o consumo de energia elétrica e, conseqüentemente, obter economia da despesa.			
Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
DESCRITAS NO MEMO SRSA 027/2015	03.1 Consumo (KWh) de energia elétrica	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, o consumo de energia elétrica foi de 5.806.679 Kwh. Em 2018, o resultado foi de 5.017.181 Kwh. Houve redução de 14% do consumo, em relação ao ano anterior. Em 2019 o resultado foi de 5.210.686,00 KWh. Houve aumento de 3,86% do consumo, em relação a 2018, porém representa uma redução de 23,6% em relação a 2014. Em 2020, o resultado totalizou 3.765.652 KWh.
	03.2 Consumo de energia elétrica por área construída (KWh/m ²)	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: A área construída em 2016 era de 85.927,81 m ² .

			<p>A área construída em 2017 era de 113.172,83 m².</p> <p>A área construída em 2018 era de 113.162,15 m²</p> <p>Em 2016 o resultado foi de 61,70 Kw/m².</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 51,30 kw/m².</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 44,34 Kw/m²</p> <p>Houve redução de 14% do consumo, em relação ao ano anterior.</p> <p>Em 2019, o resultado foi de 44,40 KWh/m².</p> <p>Houve aumento de 0,13% do consumo, em relação ao ano anterior.</p> <p>Em 2020, o resultado totalizou 31,70 KWh/m².</p>
	03.3 Gasto (R\$) com energia elétrica	Redução de 20% consumo total de 2014.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o gasto com energia elétrica foi de R\$ 3.694.881,09.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de R\$ 3.815.502,21 (aumento de 3,3%).</p> <p>Em 2019, o resultado foi de R\$ 3.937.453,44.</p> <p>Houve um aumento de 3,20% em relação a 2018 e um aumento de 51,6% em relação a 2014, devido a aumentos tarifários, uma vez que o consumo em KWh foi reduzido, conforme item específico acima.</p> <p>Em 2020, o resultado totalizou R\$ 2.871.910,15.</p>

	03.4 Gasto com energia elétrica por área construída (R\$/m ²)	Redução de 20% consumo total de 2014.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>A área construída é de 85.927,81 m²</p> <p>A área construída atual é de 113.172,83 m².</p> <p>A área construída em 2018 113.162,15 m²</p> <p>Em 2016, o resultado foi de 45,15 R\$/m²</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 32,64 R\$/m²</p> <p>Houve redução de 28%, sendo a meta para este indicador atingida.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 33,72 R\$/m²</p> <p>Houve um aumento de 10,05% em relação a 2017.</p> <p>Em 2019, o resultado foi de 33,55 R\$/m².</p> <p>Houve uma redução de 0,51% em relação a 2018.</p> <p>Em 2020 o resultado totalizou 24,18 R\$/m².</p>
	03.5 Aquisição de lâmpadas LED	Implementação gradativa, substituir as lâmpadas tipo fluorescentes.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram adquiridas 1.695 lâmpadas LED para substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes e de vapor metálico. Com as tratativas de substituição para as lâmpadas LED, foi adquirida, em 2017, uma quantidade maior de 7.700 lâmpadas para a efetiva troca.</p> <p>Em 2018, foram adquiridas 14.489 unidades de lâmpadas</p>

			<p>LED, de diversos modelos e tamanhos.</p> <p>Assim, a meta para este indicador foi superestimada, tendo em vista o processo gradativo de troca de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED. Deve ser reavaliada a meta para esse indicativo.</p> <p>Em 2019 foram adquiridas 2.000 unidades. Cumprida a meta em 100% - somente compram-se lâmpadas LED.</p> <p>Nas obras e reformas, o TRT somente utiliza lâmpadas LED. A partir de 2020 foram utilizadas apenas lâmpadas LED quando dos serviços de manutenção predial, ainda permanecendo com estoque de cerca de 11.000 unidades para as necessidades de reposições.</p>
--	--	--	---

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e devem constar as ações definidas no Memo SRSA 027/2015;
3. As metas estabelecidas para os indicadores 3.1 e 3.2 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 20% é anual, e deve ser definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior. O PLS do TRT-PR, nestes indicadores, traz o ano de 2014, mas isto ocorreu por erro material;
4. Como os indicadores 3.3 e 3.4 são financeiros, considerando a alteração anual da política nacional tarifária de energia elétrica e a não atualização de valores financeiros, descontada a inflação, a meta destes indicadores deve ser a seguinte: Redução do consumo total em relação ao ano anterior. Significa dizer que não será definido o valor da redução da meta. O que deve ocorrer é a redução do gasto.
5. A meta do indicador 3.5 deve ser a seguinte: "Implementação gradativa, visando a substituir 100% das lâmpadas fluorescentes e de vapor metálico por lâmpadas LED, até 2020".

Eixo de Atuação 04: Eficiência no consumo de água			
Objetivo: Reduzir o consumo de água e, conseqüentemente, obter economia da despesa.			
Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<p>- Campanha de sensibilização para evitar o desperdício.</p> <p>- Acionar a manutenção sempre que identificado algum vazamento.</p> <p>- Normas para irrigação e lavagem de fachadas.</p> <p>- Informar dados de consumo ao corpo funcional.</p>	04.1 Volume de água consumida (m ³)	Redução de 20% consumo total de 2014	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>O consumo de água em 2017 foi de 30.552 m³. Em 2018, foram consumidos 34.445 m³ havendo assim aumento de 13% do consumo de água por m³.</p> <p>A meta para este indicador não foi atingida.</p> <p>Em 2019, foram consumidos 46.046,00 m³, havendo assim aumento de 33,68% do consumo de água em relação a 2018 e 18,9% em relação a 2014.</p> <p>Em 2020 o resultado totalizou 27.797 m³.</p>
	04.2 Volume de água consumida por área construída (m ³ /m ²)		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>A área construída é de 85.927,81 m².</p> <p>A área construída atual é de 113.172,83 m²</p> <p>A área construída em 2018 113.162,15 m²</p> <p>Em 2016, o volume de água consumida por área construída foi de 0,38 m³/m².</p>

			<p>Já em 2017, o resultado foi de 0,26 m³/m². Em 2018, o resultado foi de 0,30 m³/m². Assim, houve aumento de 15%. A meta para esse indicador não foi atingida. Em 2019, o resultado foi de 0,39 m³/m². Houve aumento de 30,77%. A meta para esse indicador não foi atingida.</p> <p>Em 2020, o resultado totalizou 0,23 m³/m².</p>
	<p>04.3 Gasto com água (R\$)</p>		<p>Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, o resultado foi de R\$ 374.275,75. O gasto com água em 2018 foi de R\$518.781,68, aumento de 39%. A meta para esse indicador não foi atingida. Esta meta de redução não se aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores que podem sofrer alterações financeiro-monetárias anualmente. Em 2019 os gastos com água equivalem a R\$ 697.527,45, um aumento de 34,45% em relação a 2018 e 108,3% em relação a 2014. A meta para esse indicador não foi atingida. Em 2020, os gastos com o consumo de água totalizaram R\$ 460.774,12.</p>
	<p>04.4 Gasto com água por área construída (R\$/m²)</p>		<p>Mensal/anual RESULTADOS:</p>

			<p>A área construída é de 85.927,81 m².</p> <p>A área construída atual é de 113.172,83 m².</p> <p>A área construída em 2018 é de 113.162,15 m²</p> <p>O valor gasto com água por área construída foi de 4,52 R\$/m² em 2016.</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 3,30 R\$/m².</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 4,58 R\$/m²</p> <p>Houve um aumento de 39% com relação a 2017.</p> <p>Esta meta de redução não se aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores que podem sofrer alterações financeiro-monetárias anualmente.</p> <p>Em 2019, o resultado foi de 5,94 R\$/m².</p> <p>Houve um aumento de 29,76% com relação a 2018. A meta para esse indicador não foi atingida.</p> <p>Em 2020, o resultado totalizou 3,88 R\$/m².</p>
--	--	--	---

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação";
3. As metas estabelecidas para os indicadores 4.1 e 4.2 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 20% deve ser anual, com definição sobre se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior. O PLS do TRT-PR, quanto a estes indicadores, traz o ano de 2014, mas isso ocorreu por erro material;
4. Como os indicadores 4.3 e 4.4 são financeiros e considerando a alteração anual da política tarifária de água e a não atualização de valores financeiros, descontada a inflação, a meta destes indicadores deve ser a seguinte: Redução do consumo total em relação ao ano anterior.

Ou seja, não será definido o valor da redução da meta, o que deve ocorrer é a redução do gasto.

Eixo de Atuação 05: Gestão de contratos de aquisição de equipamentos de informática

Objetivo - Adoção de critérios sustentáveis na renovação da infraestrutura de TIC

Objetivos Específicos	Detalhamento da ação	Unidades envolvidas	Meta	Apuração e Resultados
Efetivar a adoção de requisitos baseados em padrões e normas regulamentadoras focadas na sustentabilidade, especialmente aspectos ambientais e energéticos, nas contratações de TIC do TRT-PR (TI Verde)	5.1 Adequação dos termos de referência das contratações de TIC para atendimento ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.	STI	100% dos editais de aquisição de bens de TIC em conformidade com os requisitos de sustenta. Exceção às ARP's.	<p>Ação Continuada</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, no primeiro período de apuração, excetuando-se as contratações relacionadas a software, são 25 processos de aquisição, serviço ou suporte técnico de bens de TI que poderiam, à primeira vista, exigir requisitos de sustentabilidade. Deste total, 18 efetivamente adotaram algum requisito baseado em padrões e normas regulamentadoras focadas na sustentabilidade, o que representa um percentual de 72%.</p> <p>Em 2017, de 36 contratos, 19 incluíram critérios de sustentabilidade, o que representa 52,77%.</p> <p>Em 2018, foram formalizadas 08 novas contratações de equipamentos: 04 explicitavam a observância ao Guia de Sustentabilidade da JT; 01 exigia requisitos de sustentabilidade, mas não fazia referência ao Guia da JT e 03</p>

			<p>não citavam requisitos de sustentabilidade. Desta forma, representa um percentual de 63%.</p> <p>Em 2019, 64,70% dos Termos de Referência das contratações de TIC atenderam o objetivo.</p> <p>Meta não atingida, pelo percentual de 35,3%</p> <p>Sugestão STI: Eventuais ARP's seriam pontuadas e justificadas em razão da excepcionalidade. Considerando a preferência por ARP's que tenham cláusulas específicas de sustentabilidade. Meta 100%. (DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA).</p> <p>Em 2020 não houve o acompanhamento da adequação dos respectivos editais, estando prevista para 2021 a retomada do acompanhamento por meio de inclusão de indicador específico para internalização e adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis do CSJT.</p>
<p>Substituição gradativa de equipamentos antigos de TIC por outros em conformidade com diretrizes ambientais de sustentabilidade - contratação em andamento</p>	<p>5.2 Nesta primeira etapa, consistirá na substituição de micros desktop, monitores e multifuncionais com a garantia expirada por equipamentos em conformidade com requisitos de sustentabilidade, nas diversas unidades do TRT-PR.</p>	<p>STI (SSTEC)</p>	<p>652 micros desktop, 1304 monitores e 178 multifuncionais substituídos. . Exceção às ARP's.</p> <p>Dezembro de 2016</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram realizadas substituições de microcomputadores desktop, monitores e multifuncionais em número superior ao estabelecido na meta para o ano, de forma que esta meta foi 100% atingida.</p> <p>Em 2017 foram substituídos 1000 microcomputadores e 124 notebooks. Os novos equipamentos são energeticamente mais eficientes, além de estarem em conformidade com normas internacionais de utilização de materiais e</p>

substâncias não prejudiciais ao meio ambiente. Não há estudo para descarte diferenciado dos equipamentos de TI. Sobre o desfazimento de insumos, não foi possível informar, por não ser competência desta Secretaria.

No ano de 2018 foram substituídos 1361 microcomputadores e 30 notebooks, totalizando 1391 equipamentos.

A respeito dos novos equipamentos que foram distribuídos, adquiridos através do Edital do Pregão Eletrônico 056/2017 do TST, informa-se que nas especificações técnicas exigidas ao fornecedor estão as "comprovações de adequação às políticas e normas de segurança e ergonomia", cujos itens estão reproduzidos abaixo.

1. Possuir certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria GOLD ou, alternativamente, possuir certificação emitida por organismos acreditados pelo INMETRO, que atenda aos Requisitos de Avaliação de Conformidade da Portaria INMETRO 170/2012 e alterações posteriores. Estas certificações visam a garantir aos bens de TI um padrão de qualidade, segurança e proteção ambiental. RoHs (Restriction of Hazardous Substances). A exigência visa à restrição de uso de substâncias nocivas no processo de fabricação dos equipamentos.

2. Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa. Deverá ser apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado

				<p>responsabilizando-se pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos.</p> <p>Os microcomputadores e notebooks, que estão fora de vida útil, são encaminhados para doação a outros órgãos.</p> <p>Em 2019 não há informação.</p> <p>Sugestão da STI: Indicador não faz mais sentido para o cenário atual. Os equipamentos são substituídos de acordo com o planejamento do CSJT e do TRT9, considerando políticas vigentes e disponibilidade orçamentária. As informações atualmente enviadas sobre as instalações de equipamentos novos não reflete o objetivo da ação cadastrada.</p> <p>Em 2020 não houve a mensuração do respectivo indicador.</p>
Doação de equipamentos de TIC obsoletos para outras instituições	5.3 Agilizar a doação de equipamentos de TIC inservíveis para outras instituições, especialmente as de ensino público, como forma de ressaltar a responsabilidade socioambiental deste Tribunal, além de utilização mais eficiente de espaços físicos que deixariam de armazenar material sem	STI/SA (SMP)/Co missão para Doação de Bens	01 Processo de desfazimento mensalmente.	<p>Ação Continuada</p> <p>Após as alterações na estrutura administrativa do TRT-PR (Resolução 219/2015); à partir de janeiro de 2018, o DMP- Divisão de Material e Patrimônio -, é responsável pela guarda de materiais inservíveis da TI, tendo efetuado auditoria e adequação de diversos materiais inservíveis instalados no imóvel situado no Cajuru. Atualmente em 2020 não há mais acúmulo de estoque de bens e foram feitas doações às entidades por ordem de solicitação. Estima-se que 90% do estoque inservível ao TRT9 já foi doado e que o estoque é remanescente é pequeno.</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>A STI tem encaminhado à CMP – Coordenadoria de</p>

possibilidade de utilização e melhor gestão de ativos.

Material e Patrimônio -, a relação dos equipamentos obsoletos ou inservíveis, para dar andamento ao processo de doação. Ressalta-se que, em 2015, foi elaborado um novo edital de credenciamento de entidades interessadas na doação de bens inservíveis (Edital 01/2015). Contudo, nenhuma entidade habilitou-se para o certame, configurando-se como deserto o procedimento de habilitação. Por conseguinte, a Administração deste Tribunal decidiu dar continuidade às doações atendendo as entidades que assim haviam procedido, via ofício. Desde então, este tem sido o procedimento para doações de bens inservíveis do TRT-PR. Em 2016, foi dado o mesmo tratamento, atendendo, oportunamente, aos pedidos de doações que foram formulados, por ofício, pelas entidades interessadas que estejam devidamente regularizadas. Salieta-se que a efetividade das doações materializa-se por meio de despachos, cuja competência não é da STI.

Em 2018 foram destinados à doação equipamentos que não possuíam mais garantia. Geralmente o fluxo de doações acompanha as novas aquisições, ou seja, quando um equipamento novo é colocado no lugar de outro já sem garantia, este é encaminhado para o Cajuru e, assim que atestada sua operacionalidade, é colocado como disponível para doação. Caso o equipamento apresente estado de irrecuperável, fica disponível para retirada de peças até ser completamente descartado. Em 2018 foram doados aproximadamente 50 toneladas de equipamentos de TIC dos mais variados tipos e modelos, conforme segue abaixo:

				<p>Desktops: Itautec ST4271, Lenovo M91p, Positivo D570.</p> <p>Monitores: LG W1942, HP L190HB, HP W1907, HP L1906, HP L2045W.</p> <p>Notebooks: Lenovo 3000 v100, HP 8460p.</p> <p>Impressoras: Samsung ML3471, Samsung ML3560, Lexmark MS812.</p> <p>Multifuncionais: Lexmark MX711, Samsung SCX-5835, Scanners: Epson GT-S50, Fujitsu fi-6240, Kodak i2600.</p> <p>Switches: Extreme</p> <p>Em 2019 foram doados 798 equipamentos para três escolas e uma Universidade, todas estaduais.</p> <p>Em 2020 foi realizado o desfazimento de diversos bens (Mobiliário e equipamentos), por meio dos Avisos de Desfazimento 4, 5 e 7/2020.</p>
Elaborar estudo técnico para avaliar viabilidade de <i>outsourcing</i> de impressão	5.4 Como forma de racionalizar o uso de recursos de impressão, propõe-se um estudo técnico para analisar eventuais benefícios desta forma de	STI/(SST EC e SINF)	Entrega de estudo técnico.	<p>Dezembro 2017</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016 os estudos foram interrompidos pela necessidade de concentrar esforços nos estudos técnicos e processos de contratação de 2016, os quais se concentraram no segundo semestre. Os levantamentos acerca do <i>outsourcing</i> de</p>

	<p>contratação de serviço em substituição à aquisição de equipamentos e materiais.</p>		<p>impressão foram retomados em janeiro de 2017.</p> <p>Tendo em vista as alterações ocorridas na área Administrativa do TRT-PR (Resolução 219/2015), houve mudanças a partir de janeiro de 2018, e a nova gestão do DMP- Departamento de Material de Patrimônio, hoje responsável pela guarda de materiais inservíveis da TI, nova equipe está efetuando auditoria em toda a parte de alojamento e adequação de diversos materiais inservíveis ali alojados e já acontecerão duas reuniões com o pessoal responsável pela guarda dos materiais inservíveis da TI, instalados no imóvel situado no Cajuru.</p> <p>Em relação à racionalização do consumo de insumos de impressão, em face da política de substituição de impressoras, a princípio, ser nacional, a STI é favorável que haja o estudo - com participação desta DMP - em especial para que a unidade possa ser informada do planejamento para as substituições, se essa for a política mantida. Tal fato certamente provocará diminuição dos gastos com insumos, haja vista que as substituições, em geral feitas em massa - por novo modelo - provocam perda dos insumos estocados. O que ocorre hoje é que as doações das máquinas substituídas acabam sendo processadas com os insumos do estoque. Como há certa demora na liberação das impressoras para doação, além de se manterem armazenados no estoque como se materiais ativos fossem, os insumos podem ressecar e se tornarem inutilizáveis. Caso se opte por algum tipo de terceirização da impressão, maior ainda a necessidade de participação da DMP para análise sob o aspecto orçamentário em relação aos insumos a serem empregados,</p>
--	--	--	--

haja vista que hoje a aquisição de toners e cilindros está sob nossa responsabilidade.

A atual equipe do DMP, esclarece que a unidade está levantando os dados necessários para que haja doações significativas, até o final do presente exercício, com a finalidade de diminuir consideravelmente a quantidade de bens nos depósitos de doações.

Em 2018 teve uma iniciativa de apresentar um estudo técnico acerca do *outsourcing* de impressão, mas não chegou a ser apresentado, pois foi optado pela compra de novos equipamentos, devido à restrição orçamentária para gastos com serviços. Sendo assim, não foi dado mais continuidade no estudo técnico.

2019: sem informação.

Sugestão da STI: Ação não faz sentido com o cenário atual. O relatório publicado no site do TRT para 2018 citou que os estudos não tiveram mais continuidade e suas justificativas. Independentemente da possibilidade de novos estudos, esta ação/meta não é mais aplicável ao cenário atual (SEÇÃO DE CENTRAL DE SERVIÇOS DE TI).

Em 2020 não foram retomados novos estudos nesse sentido.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. O campo "Objetivos Específicos" deve ser denominado "Plano de Ação";
2. O campo "Detalhamento da Ação" deve ser denominado "Indicador" e nestes campos os indicadores 5.1 a 5.4 devem ser nomeados, pois o texto não é o nome do indicador. Estes textos podem ser transferidos para o campo "Plano de Ação".
3. Deve ser definido o período de apuração para os indicadores 5.1 e 5.3;
4. Deve-se consultar a STI para aferir se haverá inclusão de nova meta para o indicador 5.2.
5. Deve-se definir a unidade competente pelo indicador 5.3.

Eixo de Atuação 06: Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados			
Objetivo - reduzir quantidade de impressões e nível de ociosidade de impressão.			
Objetivos Específicos	Indicador	Metas	Apuração e Resultados
Reduzir quantidade de impressões	6.1- Quantidade total impressões na Capital e no interior	Redução de 20% em relação a 2015. Obs: Implementar sistema de contagem de impressões nas unidade do interior.	Semestral e Anual RESULTADOS: Em 2015, o total de impressões de documentos foi de 3.226.680 páginas. Já em 2016, na capital, registrou-se a solicitação de impressão de 1.979.979 páginas. Nem todas as máquinas da capital possuem os requisitos necessários para a contagem de páginas impressas, e no interior do estado sequer há servidor de impressão que permita o armazenamento dessas informações. A redução foi de 39% entre 2015 e 2016. Em 2016, o total de impressões de documentos foi de 1.979.979 páginas e em 2017 de 2.527.958. Em 2018, o total de impressões de documentos foi de 2.233.774. Em 2019, foram impressas 3.133.813 páginas. Sugestão da STI: A respeito da Observação, o sistema de contagem geral de impressões foi implementado pela DSIR e está em avaliação. Adicionalmente, a SCAM, em conjunto com a DSIR, está trabalhando em uma ferramenta que gera relatórios com determinadas especificidades, contribuindo

			<p>para o processo de gestão deste tipo de ativo. Entende-se que o percentual deva ser reduzido, pois o processo eletrônico já foi implantado e permanece a possível redução em razão de novas ações que devem ser alinhadas em conjunto com a Administração. Sendo assim, o valor poderia ser atribuído pela própria comissão, em alinhamento com o novo plano de logística sustentável. Vide comentário registrado na célula C5.</p> <p>(SEÇÃO DE CENTRAL DE SERVIÇOS DE TI)</p> <p>Em 2020 o total de impressões de documentos foi de 1.333.184</p>
<p>Diminuir o índice de ociosidade baseada na capacidade máxima de impressão</p>	<p>6.2 - Quantidade de impressões versus equipamentos instalados por unidade de trabalho</p>	<p>A definir</p>	<p>Semestral e Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Foi registrada a solicitação de impressão de 1.979.979 páginas, em 422 impressoras de 130 unidades de trabalho, na capital, em 2016. Nem todas as máquinas da capital possuem os requisitos necessários para a contagem de páginas impressas, e no interior do estado, sequer há servidor de impressão que permita o armazenamento dessas informações.</p> <p>Em 2017, foi registrada a solicitação de impressão em 2.527.958 páginas, em 982 impressoras. Assim, a performance por equipamentos instalados foi de 2.574 impressões.</p> <p>Em 2018, foi registrada a solicitação de impressão em 2.233.774 páginas, em 919 impressoras instaladas. Dessa forma, a performance por equipamentos instalados é de</p>

			<p>2.430 impressões.</p> <p>Em 2019 foi registrada a solicitação de impressão em 3.133.813 páginas, em 921 impressoras.</p>
<p>Diminuir o custo com aquisições de suprimentos</p>	<p>6.3 Valor (R\$) gasto com a compra de suprimentos</p>	<p>Redução de 10% em relação a 2015.</p>	<p>Semestral e Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016 o gasto somou R\$545.766,44 (1.625 itens). Já em 2017 o gasto foi de R\$ 343.666,58 (2.063 itens), com redução de 37% entre 2016 e 2017. Observa-se que o total de itens adquiridos em 2016 é menor que o de 2017 e o valor gasto é maior. Registra-se que indicador sofre alteração conforme o desempenho do mercado de bens de informática e os índices de inflação nacional. Em 2018 o gasto com compra de suprimentos foi de R\$ 84.018,63 e o total de itens de 449.</p> <p>Em 2019 foram gastos R\$ 261.361,28 com a compra de suprimentos. O aumento é decorrente do ingresso de novos equipamentos de impressão. Considerando a base 2015, a redução atingiu um total de 32%. Se comparado com 2016, a redução foi de 52,9%.</p> <p>Em 2020 o gasto com a compra de suprimentos totalizou R\$ 76.255,71.</p>

<p>Diminuir o custo com aquisição de impressoras</p>	<p>6.4 Valor gasto com a compra de equipamentos de impressão</p>	<p>A definir</p>	<p>Semestral e Anual</p> <p>Não foram adquiridos equipamentos de impressão em 2016.</p> <p>Em 2017 foram gastos com equipamentos R\$ 238.540,00.</p> <p>Em 2018 foram gastos com equipamentos R\$ 789.089,00.</p> <p>Em 2019, não foram adquiridos equipamentos.</p> <p>Sugestão STI: Ação não faz mais sentido. As compras dependem de outras variáveis, como a data de término da garantia, disponibilidade orçamentária, custo x funcionalidades do equipamento, quantidade de equipamentos autorizados por unidade x políticas vigentes, etc. Um indicador/meta mais adequado poderia ser a quantidade de equipamentos em uso no TRT9 e a meta de redução destes equipamentos, que deveria ser alinhada quando da revisão do PLS, em conjunto com a Administração. Haveria então novos projetos e ações para atingimento desta meta.</p> <p>Em 2020 não houve gasto com aquisição de impressoras.</p>
--	--	------------------	---

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. O objetivo do eixo de atuação deve ser complementado: "Reduzir quantidade de impressões e nível de ociosidade DOS EQUIPAMENTOS de impressão.
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve apresentar as ações efetivas para atingir o objetivo do eixo de atuação.
3. Precisa ser estabelecido um indicador que apresente o nível de ociosidade geral dos equipamentos de impressão do TRT-PR, para coadunar-se com o objetivo do eixo de atuação. Assim, deve ser criado o indicador 6.5 Nível de ociosidade dos equipamentos de impressão e definir a memória de cálculo deste indicador.

4. Reavaliar o indicador 6.3, pois o mesmo sofre influências inflacionárias e a meta estabelecida não é alcançada.

Eixo de Atuação 07: Gestão de contratos de terceirização

Objetivo: Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.

Objetivos Específicos	Detalhamento da Ação	Meta	Apuração e Resultados
<p>Diminuir os acidentes de trabalho.</p>	<p>7.1 Auditar a implantação do PPRA e PCMSO nos postos de trabalho dos trabalhadores de empresas terceirizadas.</p>	<p>Mapeamento de 100% dos postos de trabalho.</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, a meta de mapeamento de 100% dos postos de trabalho por meio de uma apuração anual não foi efetuada, tendo em vista que se optou pela continuidade da contratação periódica de auditoria, por empresa especializada em segurança do trabalho, nos moldes já contratado em 2015, uma vez que tal ação se mostrou benéfica e necessária para maximizar o alcance de um ambiente de trabalho seguro e saudável.</p> <p>Já no ano de 2017, em virtude da restrição orçamentária promovida pela Emenda Constitucional 95/2016, nos termos do artigo 107, § 1º, I de que a despesa para o orçamento de 2017 fica limitada à despesa primária paga no exercício de 2016, não foi possível a contratação de empresa especializada em segurança do trabalho. Assim, a fim de solucionar tal questão a Administração sugeriu que a análise dos PPRA's e PCMSO's fosse efetuada pela Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, nos termos do DES ADG 2040/2017, datado de 14 de novembro de 2017.</p> <p>Considerando a data de autorização, a meta de apuração de 100% dos postos de trabalho foi postergada para o ano de</p>

			<p>2018.</p> <p>Em 2018, todas as contratações de terceirizações e empresas contratadas entregaram PPRA e PCMSO.</p> <p>Em 2019, todas as contratações de terceirizações e empresas contratadas entregaram PPRA e PCMSO.</p> <p>Em 2020, em continuidade aos mapeamentos iniciados nos exercícios anteriores, embora impactado pela pandemia, continuaram as preocupações de observância ao regulamentado pela NR-7 do Ministério do Trabalho. Sinale-se que, e especificamente na Justiça do Trabalho, o tema é regulado pela Resolução CSJT nº 141/2014, tudo a fim de atender a Meta Nacional 10 do CNJ.</p> <p>Para o exercício de 2021, foi incluída na revisão do PLS 2021-2026 a continuidade de mensuração dos respectivos indicadores:</p> <p>- 17. Índice de adesão ao Exame Médico Periódico (Quantidade de magistrados e servidores que participaram do exame médico periódico/Total de magistrados e servidores)</p> <p>META: Realizar o exame médico periódico anual em 100% dos trabalhadores com risco ocupacional diferenciado (motoristas, agentes de segurança, profissionais que trabalham em altura); quanto aos demais servidores, a meta é alcançar 50% dos</p>
--	--	--	--

			<p>magistrados e servidores convocados por ano. (Verificar Meta 10 CNJ – 15% do total de magistrados/servidores)</p> <p>- 18. Índice de implantação do PPRA nas edificações (Quantidade de edificações com PPRA/Total de edificações);</p> <p>META: Implantar em 100% das unidades.</p>
	<p>7.2 Elaborar ficha técnica de EPI utilizado, para cada profissional contratado pelo TRT, para subsidiar a fiscalização interna.</p>	<p>Mapeamento de 100% dos postos de trabalho.</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, o mapeamento foi efetuado em 90% dos postos de trabalho, não sendo possível a verificação somente dos postos que não estavam contratados em 2015, por exemplo, o operador de empilhadeira. Com os subsídios das auditorias mencionadas, foi elaborada uma ficha técnica dos EPIs necessários para cada posto de trabalho. Tais fichas foram disponibilizadas para os fiscais dos contratos, por meio de uma cartilha, como uma inovação da primeira turma do Curso de Capacitação de Fiscais de Contrato, a fim de subsidiar a fiscalização quanto ao uso de tais equipamentos de proteção individual. Assim, além do mapeamento dos equipamentos de proteção de cada posto, houve a divulgação da ficha técnica para 84 dos 144 fiscais de contratos de serviços terceirizados.</p> <p>Já no ano de 2017, em virtude da restrição orçamentária promovida pela Emenda Constitucional 95/2016, nos termos do artigo 107, § 1º, I, de que a despesa para o orçamento de 2017 fica limitada à despesa primária paga no exercício de</p>

			<p>2016, não foi possível a contratação de empresa especializada em segurança do trabalho para o mapeamento de todos os equipamentos de proteção individual dos postos. Entretanto, foi efetuada a divulgação dos equipamentos de proteção relativos aos postos que já foram mapeados em 2015, para os 43 dos 144 fiscais de contratos de serviços terceirizados na 4ª turma de capacitação de fiscais, em continuidade às ações dos anos anteriores.</p> <p>Em 2018, em todos os contratos que previam EPI's, em todos os postos de trabalho, tal exigência foi cumprida.</p> <p>Em 2019, em todos os contratos que previam EPI's, em todos os postos de trabalho, tal qual exigência foi devidamente cumprida.</p> <p>Em 2020 foi mantido o acompanhamento para cumprimento da exigência.</p>
	<p>7.3 Promoção de palestras mensais, pelas empresas contratadas, sobre temas relacionados à prevenção de acidentes e melhora do ambiente de trabalho mais seguro. Res. 98/2012 CSJT</p>	<p>01 ação mensal</p>	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>A terceira ação, que tem por objetivo diminuir os acidentes de trabalho, é a promoção de palestras mensais, pelas empresas contratadas, sobre temas relacionados à prevenção de acidentes e melhora do ambiente de trabalho mais seguro, nos termos da Resolução 98/12 do CSJT. Buscou-se a extensão de tais treinamentos e a fiscalização constante da participação do maior número possível de trabalhadores terceirizados.</p> <p>Em 2016, do total de 397 terceirizados, 310 participaram do</p>

			<p>curso.</p> <p>Já no ano de 2017, houve um total de 355 terceirizados e 322 trabalhadores participaram de ações treinamentos com enfoque em saúde e segurança do trabalho. Em 2018, para todos os contratos foram promovidas palestras mensais, que contemplam a resolução CSJT 98/2012.</p> <p>Em 2019, em todos os contratos foram feitas palestras mensais, que contemplam a resolução CSJT 98/2012.</p> <p>Em 2020, diante do impacto da pandemia, restou prejudicada a ação de realização de palestras mensais.</p>
<p>Fomentar a permanência do trabalhador no emprego no TRT-PR. Combater a rotatividade.</p>	<p>7.4 Realizar reuniões com entidades de classe e empresas terceirizadas para solucionar conflitos nas relações de trabalho, fomentando a conciliação e prevenção de ações trabalhistas.</p>	<p>Ação Continuada</p>	<p>Semestral/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram efetuadas diversas reuniões, bem como encaminhadas comunicações oficiais para as empresas sempre que detectado qualquer tipo de inconsistência, especialmente no tocante às questões trabalhistas, visando a fomentar a permanência do trabalhador no emprego.</p> <p>JNo ano de 2017 foram efetuadas duas reuniões com as empresas prestadoras de serviços para solucionar questões trabalhistas. Entretanto, foram elaborados 60 ofícios para as contratadas, a fim de que comprovassem os pagamentos de vale transporte, FGTS, salário, vale alimentação e orientação quanto ao registro de ponto britânico. Fez-se ainda comunicação para o Sindicato dos Vigilantes acerca de irregularidades cometidas por uma das empresas em relação ao pagamento de férias. Com o envio de tais ofícios, as</p>

			<p>empresas regularizaram a situação, o que evidencia a eficácia da atuação preventiva na solução de conflitos.</p> <p>Em 2018 não houve reuniões.</p> <p>Em 2019 não houve reuniões.</p> <p>Em 2020 não houve reuniões.</p>
	<p>7.5 Previsão, em contrato, de pagamento de salário com valor superior ao mínimo da CCT e adoção de critérios de valorização salarial, a exemplo da redução da jornada de trabalho sem redução de salário.</p>	<p>Ação Continuada</p>	<p>Semestral/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, houve previsão em contrato de pagamento de salário superior ao mínimo da CCT e adoção de critérios de valorização salarial, a exemplo da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Tal ação foi contemplada no Pedido de Contratação dos serviços de telefonia (PO 19/16), pois foi mantida a jornada semanal em 30 horas sem a redução salarial.</p> <p>Já no ano de 2017, com a nova licitação de serviços de limpeza (PO 57/2017), priorizou-se a contratação de postos de servente de 40 horas semanais, em detrimento de postos com menor jornada, a fim de possibilitar o recebimento de um salário melhor, em virtude da rotatividade observada em postos de 4 horas. Para os salários dos postos de garçom e cozinheira, utilizou-se pesquisa de mercado, a fim de se obter mão de obra mais qualificada e compatível com o ambiente do Tribunal.</p> <p>Em 2018, foram adotados critérios de valorização salarial nos</p>

			<p>contratos de sonorização e de Service Desk.</p> <p>2019: no ano o TRT possuía 4 (quatro) contratos com fixação de salário acima da média de mercado e/ou redução de jornada sem afetar o salário (serviços de sonorização, manutenção predial, telefonista e de <i>service desk</i>).</p> <p>Em 2020, a adoção dessa prática esteve limitada apenas em casos excepcionais.</p>
<p>Atender aos critérios socioeconômicos e ambientais nas contratações</p>	<p>7.6 Inclusão, em contrato, da exigência de fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos em consonância com normas de sustentabilidade de CONAMA, INMETRO, ANVISA, ABNT, MTE e MPO; Fornecimento de sacos coloridos para coleta seletiva.</p>	<p>100% das contratações</p>	<p>Semestral/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foi constatado que o contrato de limpeza já continha cláusulas que especificavam quais eram os atributos para a fiscalização dos trabalhos das terceirizadas no que se refere à correta coleta seletiva. Contou-se com o auxílio dos fiscais das áreas e da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, a qual reforçou a fiscalização em relação à coleta seletiva e distribuição dos sacos coloridos. A notícia de qualquer irregularidade possibilitou melhor orientação às empresas prestadoras de serviço e, conseqüentemente, dos próprios trabalhadores, com encaminhamento de ofícios e diversos e-mails para regularizações.</p> <p>Em 2017, verificou-se que os mesmos requisitos em relação à coleta seletiva foram replicados na nova contratação de serviços de limpeza, PO 57/2017. Entretanto, em virtude da saída de servidores na Unidade e conseqüente carência de mão de obra, não foi possível maiores avanços em relação à elaboração de cursos orientadores.</p> <p>Em 2018, todos os contratos cumpriram as exigências de</p>

			<p>fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos em consonância com normas de sustentabilidade estabelecidos pelos órgãos competentes.</p> <p>Em 2019, todos os contratos cumpriram as exigências de fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos em consonância com normas de sustentabilidade estabelecidos pelos órgãos competentes.</p> <p>Em 2020, todos os contratos cumpriram as exigências de fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos em consonância com normas de sustentabilidade estabelecidas pelos órgãos competentes.</p>
<p>OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores; 2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois o conteúdo dos campos objetivos específicos, detalhamento da ação e meta, estão mesclados, de forma que não se pode identificar o que é plano de ação, indicador e meta. 			

Eixo de Atuação 08: Capacitação e educação socioambiental

Objetivo: Difundir as ações de sustentabilidade praticadas e expandir a consciência colaborativa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<p>Capacitação e educação socioambiental, tanto na modalidade presencial, como a distância.</p>	<p>08.1 Quantidade de magistrados capacitados em ações socioambientais</p>	<p>Ampliar em 20% o número de participantes das ações de treinamento em relação a 2015 a cada ano.</p>	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram 13 magistrados que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2017, foram 46 magistrados que participaram de ações de educação socioambiental (acréscimo de 354%).</p> <p>O ano de 2017 foi inovador, na medida em que houve iniciativas de ofertar aos magistrados cursos na modalidade a distância, permitindo atingir maior número de magistrados.</p> <p>Em 2018, foram 24 magistrados que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2019, excepcionalmente, não houve capacitação.</p> <p>Em 2020 foram capacitados 96 magistrados.</p>
	<p>08.2 Quantidade de servidores capacitados em ações socioambientais</p>		<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, 276 servidores participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 1.038, registrando um aumento</p>

			<p>de 376%.</p> <p>A meta foi amplamente atingida entre os anos de 2016 e 2017, tendo em vista os cursos autoinstrucionais de Gestão Socioambiental e Gestão de Acessibilidade e Inclusão, disponíveis na plataforma Moodle. Cumpre ressaltar que a participação de servidores em ações de educação socioambiental do TRT-PR foi muito maior que a de magistrados.</p> <p>Em 2018, foram 365 servidores que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2019, excepcionalmente não houve capacitação.</p> <p>Em 2020 foram capacitados 1.045 servidores.</p>
	<p>08.3 Quantidade de terceirizados capacitados em ações socioambientais</p>		<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram 180 terceirizados que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 202 servidores terceirizados, aumento de 12%.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 195 servidores terceirizados.</p> <p>Em 2019, o resultado foi de 122 servidores terceirizados, verificando-se redução de 37,44%.</p> <p>Em 2020, excepcionalmente, não houve capacitação.</p>
<p>OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:</p> <p>1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;</p>			

2. Para o indicador 8.1, considerar a aplicação da meta de redução, a partir de 2017, com base nos resultados obtidos no ano de 2016.
3. Cabe à Subcomissão Gestora reavaliar a meta para esta ficha de eixo de atuação, pois, como os indicadores 8.1 e 8.3 não atingiram a meta, esta parece ter sido superestimada.

Eixo de Atuação 09: Qualidade de vida no trabalho

Objetivo: promover qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Descrição	Ação	Meta	Apuração e Resultados
Estatística epidemiológica do TRT	9.1 Ação realizada mensalmente, que subsidia as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da SMO.	<p>Identificar qual a doença que mais gera afastamentos, a distribuição dos fenômenos de doença e seus fatores condicionantes e determinantes, permitindo a avaliação da eficácia das intervenções realizadas no âmbito do TRT e estudar o comportamento das doenças em uma determinada unidade de trabalho.</p> <p>Determinar as medidas de prevenção e controle mais indicadas para o problema em questão; avaliar quais serão as estratégias a serem adotadas; se causaram impacto; se tiveram aptidão para reduzir e controlar a doença sob análise.</p>	<p>Ação continuada</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, ação realizada com o objetivo de subsidiar as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da Seção Médico-Odontológica-SMO. Fez-se uma leitura do estado de saúde de magistrados e servidores, identificando patologias de maior incidência.</p> <p>Em 2017, as ações contínuas tiveram por objetivo subsidiar as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da SMO. Propôs-se leitura do estado de saúde de magistrados e servidores, com identificação de patologias de maior incidência e daquelas que mais geram afastamentos do trabalho.</p> <p>Em 2018, ação realizada com o objetivo de subsidiar as decisões sobre as ações de promoção à saúde da SMO. Fez-se uma leitura do estado de saúde de magistrados e servidores e identificaram-se as patologias de maior incidência.</p> <p>Em 2019 realizou-se um levantamento das patologias que mais determinaram afastamentos, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores. Trabalho realizado com o objetivo de subsidiar as decisões sobre as ações de promoção à saúde da</p>

			<p>SMO. Fez-se uma leitura do estado de saúde de magistrados e servidores e identificaram-se as patologias de maior incidência.</p> <p>Em 2020, embora impactados pela pandemia, quando a quase totalidade dos servidores e magistrados permaneceu em trabalho remoto por conta do isolamento social, foi dada continuidade, dentro das possibilidades, ao acompanhamento das situações que ocasionaram afastamento por motivo de saúde.</p> <p>Para 2021, foi incluída na revisão do PLS 2021-2026 a manutenção do indicador índice de absenteísmo anual abaixo de 2% ao ano para magistrados e servidores, em razão de patologias osteomusculares, relacionadas à saúde mental, relacionadas às neoplasias, relacionadas às lesões traumáticas, relacionadas às licenças médicas, relacionadas às licenças por patologias odontológico-orofaciais.</p>
Campanha da vacina contra gripe	<p>9.2 Campanha realizada anualmente, quando é oferecido a magistrado, servidores, estagiários e terceirizados, vacinação contra a gripe.</p> <p>OBS: Devido à ruptura do contrato por parte da clínica que venceu a licitação para o fornecimento e aplicação</p>	Prevenir a incidência de gripe e suas consequências, contribuindo para a diminuição do absenteísmo por doenças respiratórias.	<p>Ação anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, realizada campanha para todas as unidades de trabalho do TRT, com oferta de vacinação contra gripe a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.</p> <p>Em 2017, continuidade da campanha para todas as unidades de trabalho do TRT, com oferta de vacinação contra gripe a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, Previu-se a incidência de gripe e suas complicações, contribuindo para o controle de epidemia e a diminuição do absenteísmo causado</p>

	das doses, na Campanha de 2016, será realizado o reembolso até o limite do valor estabelecido pela ADG.		<p>por doenças respiratórias.</p> <p>A partir de 2018, a operacionalização da campanha ficou sob a responsabilidade da Seção de Fisioterapia e Segurança do trabalho (SEFIST). Atingiu-se cobertura vacinal de 64,08% da população total de trabalhadores do TRT (magistrados, servidores, estagiários e terceirizados), com incremento de 4% em relação ao ano de 2017. Acredita-se que novas estratégias de sensibilização das pessoas e de oferta da vacina, com eliminação de inscrições prévias, contribuíram para este incremento de cobertura. Isso, por sua vez, refletiu-se em redução do absenteísmo por doenças gripais na ordem de 11% em relação a 2017.</p> <p>Evidenciando a relevância da vacinação, em 2016 quando a vacina não foi ofertada pela SMO por indisponibilidade do imunobiológico para aquisição, o total de dias de afastamento ao trabalho por doenças gripais foi de 491 dias em toda população do TRT; em 2018 este indicador caiu para 311 dias perdidos, representando uma redução de 63,3%.</p> <p>2019: campanha realizada - 2.147 (71,6%) trabalhadores (as) do TRT-PR foram vacinados.</p> <p>Em 2020 a campanha de vacinação alcançou 1.816 (55.8%) trabalhadores.</p>
Projeto Urgência e Emergência no TRT 9ª	9.3 Disponibilização do Desfibrilador Externo Automático - DEA, em Maringá, e ainda, treinamento de	Garantir a eficiência e agilizar o atendimento em situações de emergências, disponibilizando desfibriladores em locais	<p>Ação continuada</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016 realizou-se novo treinamento em Londrina ,com a</p>

	<p>servidores voluntários, para a utilização do equipamento, no local citado, em caso de parada cardiorrespiratória, até a chegada do atendimento especializado de emergência.</p>	<p>estratégicos. Treinamento aos magistrados/servidores em primeiros socorros e uso do desfibrilador. O uso deste aparelho por um pessoa treinada pode significar a diferença entre a vida e a morte e a diferença entre uma invalidez parcial ou total de uma pessoa que sofre uma parada cardíaca.</p>	<p>participação de servidores lotados naquele Fórum.</p> <p>Disponibilizou-se o Desfibrilador Externo Automático - DEA nos três prédios centrais do TRT na Capital, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel, e ainda, treinamento de servidores voluntários para a utilização do equipamento nos locais citados, em caso de parada cardiorrespiratória, até a chegada do atendimento especializado de emergência. Proporcionou-se um atendimento rápido em situações de emergências, disponibilizando os aparelhos em locais estratégicos e treinamento aos magistrados/servidores em primeiros socorros e uso do desfibrilador. O uso do desfibrilador automático, por um pessoa treinada, pode significar a diferença entre a vida e a morte. O atendimento imediato, mesmo quando realizado por um leigo, aumenta substancialmente a expectativa de recuperação e reduz a incidência de sequelas em uma pessoa que sofre parada cardíaca</p> <p>Em 2017, continuidade das ações relativas à DEA- Disponibilização do Desfibrilador Externo Automático. Capacitação de 196 servidores das Unidades Judiciárias e Administrativas de Curitiba, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.</p> <p>Em 2018, disponibilizou-se treinamento aos servidores lotados no FT de Londrina, local que dispõe do equipamento desde 2010 e recebe o treinamento a cada dois anos.</p> <p>Por se tratar de uma ação realizada a cada dois anos, a meta da SMO para 2019 foi capacitar servidores lotados nas Unidades Judiciárias e Administrativas de Curitiba, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu,</p>
--	--	--	---

			<p>totalizando em torno de 400 servidores.</p> <p>Em 2019 disponibilizou-se a capacitação para servidores de São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, totalizando 94 servidores.</p> <p>Em 2020, os treinamentos tiveram solução de continuidade por conta da pandemia.</p> <p>Para 2021, foi incluída na revisão do PLS 2021-2026 a manutenção do indicador Número de atendimentos de emergência com uso do DEA ao ano, cuja meta é a de dispor de pessoal capacitado para o uso do DEA nos locais que dispõem do equipamento nas dependências do TRT9. Obs.: Em média são treinadas 200 pessoas ao ano.</p>
PCMSO/Exames periódicos	9.4 Realização de exames médicos e laboratoriais em magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado.	<p>O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos servidores/magistrados. Além disso, deve prevenir rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho.</p> <p>Conforme Resolução 141/2014 do CSJT.</p>	<p>Ação continuada</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, realizaram-se exames médicos ocupacionais, tais como: I – admissional;</p> <p>II – periódico; III – de retorno ao trabalho; IV – de mudança de função; e V – de afastamento definitivo.</p> <p>Disponibilizou-se a magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado. O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos magistrados/servidores, além de prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho, estando em conformidade com a Resolução 141/2014 do Conselho</p>

		<p>Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a qual dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Em 2016 houve 1.011 avaliações ocupacionais. Em 2017, realizada a nova etapa de avaliações médico-periódicas em Curitiba, interior e litoral do Estado. Nessa etapa, além das avaliações clínicas disponíveis a todos, realizados exames de especialidades para grupos de servidores que atuam na manutenção, segurança e transporte. Expectativa de que, até o final de 2017, o exame periódico seja disponibilizado a 100% dos magistrados e servidores lotados na Capital e Região Metropolitana, e até o mês de julho 100% dos magistrados e servidores lotados no litoral e interior do Estado tenham a oportunidade de fazer o exame.</p> <p>Em 2017, ações continuadas quanto à realização de exames médicos ocupacionais: I – admissional;II – periódico;III – de retorno ao trabalho;IV – de mudança de função; e V – de afastamento definitivo. Disponibilizados a magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado.O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos magistrados/servidores, além de prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho. Está em conformidade com a Resolução 141/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a qual dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.</p>
--	--	--

		<p>Em 2017 foram realizadas 581 avaliações ocupacionais, incluindo magistrados e servidores da capital e interior do Estado. Conforme previsto no planejamento anteriormente feito, iniciaram-se avaliações específicas para os servidores Agentes de Segurança e servidores que realizam trabalho em altura, considerando os riscos ocupacionais específicos destes servidores. Realizaram estas avaliações 56 servidores destas áreas. O Exame Periódico está disponibilizado para 100% dos magistrados e servidores em todas as Unidades Judiciárias e Administrativas do TRT, e para 2018 permaneceu a ação, disponibilizando-a para 100% de magistrados e servidores.</p> <p>A partir de 2018 essa atividade ficou sob a responsabilidade da Seção de Fisioterapia e Segurança do trabalho (SEFIST).</p> <p>Foram realizados:</p> <ul style="list-style-type: none">- 940 exames periódicos, com a inclusão da consulta de enfermagem por enfermeiros da Seção, além da consulta com médico do trabalho. Houve adesão média de 72,6% entre os servidores convocados e 38% entre os magistrados convidados a realizar;- 49 exames pré-admissionais (100% dos empossados);- 38 avaliações médicas para remoção/redistribuição (100% dos redistribuídos);- 208 avaliações multiprofissionais para indicação ao teletrabalho. Esta se compõe de entrevista com psicólogos, avaliação fisioterápica, consulta de enfermagem e consulta com médico do trabalho; realizada em 100% dos servidores indicados oficialmente para teletrabalho no ano;- 34 exames de afastamento definitivo.
--	--	--

			<p>2019: SEFIST -</p> <p>1.075 exames periódicos (adesão média de 91,8% entre os servidores convocados e 33,9% entre os magistrados convidados a realizar);</p> <ul style="list-style-type: none"> - 24 exames pré-admissionais (100% dos empossados); - 56 avaliações médicas para remoção/redistribuição (100% dos redistribuídos); - 74 avaliações multiprofissionais para indicação ao teletrabalho. Realizada em 100% dos servidores indicados oficialmente para teletrabalho no ano; - 55 exames de afastamento definitivo. <p>Ações de prevenção às Doenças Osteomusculares</p> <p>Realização de perícias e/ou juntas médicas para impor ou avaliar restrições laborais, bem como acompanhar a evolução das doenças durante o período de restrição, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Perícias médicas em todos os servidores e magistrados que apresentem atestado com CID relacionado ao sistema musculoesquelético; 2- Perícias médicas/avaliação em todos os servidores e magistrados, quando, em consultas médicas realizadas pelos médicos do Tribunal, são detectadas com riscos para a saúde osteomuscular do avaliado. 3- Perícia médica de retorno ao trabalho para assegurar que o servidor/magistrado esteja apto a desempenhar suas funções laborais de forma plena, evitando o agravamento da patologia osteomuscular. <p>Realizar ações com o intuito de diminuir o índice de</p>
--	--	--	--

		<p>afastamentos por doenças musculoesqueléticas, visando à recuperação precoce de lesões osteomusculares já existentes, bem como a prevenção de novos agravos.</p> <p>Resultados</p> <p>Pode-se observar que no período de 2016 a 2018 houve redução progressiva e gradual do índice de absenteísmo, tanto para magistrados quanto para servidores, conforme segue:</p> <p>Em 2017 para magistrados 2,27% e servidores 1,72%, enquanto que em 2016 magistrados 2,34% e servidores 1,90%.</p> <p>Em 2018, o índice de absenteísmo foi menor do que 2%, sendo magistrados 1,42% e servidores 1,65%.</p> <p>Em 2019 houve discreto aumento do índice de absenteísmo para magistrados e servidores, registrando-se magistrados 1,48% e servidores 1,71%.</p> <p>Ações de promoção à Saúde Mental</p> <p>Abordagem inicial de servidores com sofrimento mental, através da detecção precoce de transtornos mentais e encaminhamento para tratamento adequado, por meio de consultas psiquiátricas de emergência, orientação sobre temas em saúde mental, encaminhamento para tratamento psiquiátrico, psicológico ou médico, conforme o caso.</p> <p>Acompanhamento de servidores após licenças prolongadas; consultas periódicas para verificar a manutenção do tratamento psiquiátrico e psicoterápico; retorno gradual às atividades com restrições. Realizar ações com o intuito de diminuir o índice de</p>
--	--	---

		<p>afastamentos por doenças psiquiátricas, visando à recuperação precoce de patologias já existentes, o retorno ao trabalho no menor tempo e com a melhor qualidade possível, bem como a prevenção de agravos à saúde. Como resultado das ações, é possível realizar a abordagem inicial de servidores com sofrimento mental por patologias psiquiátricas, através da detecção precoce de transtornos mentais e encaminhamento para tratamento adequado. Relativo ao índice de absenteísmo, em 2018 constatou-se uma redução gradual em relação aos anos de 2016 e 2017. Os índices de 2018 situaram-se abaixo de 2%, sendo magistrados 1,42% e servidores 1,65%. Em 2017, magistrados 2,27% e servidores 1,72%, enquanto que em 2016 magistrados 2,34% e servidores 1,90%.</p> <p>Quanto ao número de dias de afastamentos por patologias relacionadas ao CID F, constatou-se uma queda de 35% para servidores e 57% para magistrados, em relação ao ano anterior.</p> <p>Resultados</p> <p>Como resultado das ações preventivas em saúde mental e o acompanhamento constante de casos, pode-se observar importante redução no número total de afastamentos por patologias dessa especialidade.</p> <p>Em relação ao ano anterior, observou-se queda de 35% para servidores e 57% para magistrados no número total de dias de afastamento por patologias do CID F.</p> <p>Ações de promoção à Saúde Bucal</p> <p>As ações de promoção da saúde bucal compreendem a</p>
--	--	---

			<p>educação em saúde, a higiene bucal, a profilaxia e encaminhamentos a especialista sempre que necessário, com foco na promoção e atenção à saúde e prevenção de doenças e agravos.</p> <p>A promoção de saúde bucal objetiva desenvolver estilos de vida saudáveis, identificação precoce de patologias e favorecer a qualidade de vida.</p> <p>Com base nessa avaliação, foi possível planejar ações individuais, com a apropriação do conhecimento sobre o processo saúde-doença do indivíduo, incluindo a identificação de fatores de risco e estratégias de proteção</p> <p>Em 2019, com base na avaliação, é possível planejar ações individuais, com a apropriação do conhecimento sobre o processo saúde-doença do indivíduo, incluindo a identificação de fatores de risco e estratégias de proteção à saúde. Neste ano, foram realizados 337 atendimentos.</p> <p>Ações de promoção à qualidade de vida no atendimento assistencial</p> <p>Ações desenvolvidas por meio de assistência prestada aos magistrados, servidores em consultas médicas das diversas especialidades do quadro de médicos deste TRT9 e atendimentos de emergência. Estes atendem ainda estagiários e funcionários terceirizados, bem como a população flutuante que circula diariamente nas dependências do TRT9. O objetivo é estabelecer saúde e não apenas tratar a doença. Busca a promoção da saúde; a prevenção de riscos, agravos e doenças; a compressão da morbidade; a redução dos anos perdidos por</p>
--	--	--	--

			<p>incapacidade e o aumento da qualidade de vida dos indivíduos. As referidas ações proporcionam o aumento da autonomia e o poder de decisão dos usuários durante o processo do cuidado à saúde. Assim, a promoção à saúde é entendida como um processo dialético, cujos princípios consistem em viabilizar meios para que as pessoas exerçam maior controle sobre a própria saúde e sejam protagonistas na organização do processo saúde-doença-cuidado.</p> <p>2019: foram realizados 2.494 atendimentos. As referidas ações proporcionam o aumento da autonomia e o poder de decisão dos usuários durante o processo do cuidado à saúde. Assim, a promoção à saúde é entendida como um processo dialético cujos princípios consistem em viabilizar meios para que as pessoas exerçam maior controle sobre a própria saúde e sejam protagonistas na organização do processo saúde-doença-cuidado.</p> <p>Em 2020, todas as ações de promoção/manutenção da saúde dos servidores/magistrados foram impactados pela pandemia.</p> <p>Para 2021, ficam mantidas as ações que possam contribuir para a promoção da saúde mental e da qualidade de vida no trabalho.</p>
Pesquisa de Clima Organizacional	9.5 Busca avaliar o nível de satisfação de magistrados e servidores do TRT-PR com relação a uma série de fatores	<p>Realização da pesquisa a cada dois anos.</p> <p>Por ter periodicidade bienal, deveria ser realizada uma</p>	<p>Bienal</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, por ter periodicidade bienal, deveria ter sido realizada edição do ano em questão. Prejudicada, em face de</p>

	integrantes de sua rotina diária de trabalho, levantando indicadores para subsidiar futuros planos de ação voltados à melhoria institucional.	edição da pesquisa este ano. No entanto, é necessário um parecer da Administração quanto à adequação do cenário atual para a realização de nova edição da pesquisa neste exercício.	ausência da necessária solicitação da administração. Em 2017, a ação referente à avaliação no período bienal que examina o nível de satisfação de magistrados e servidores não ocorreu, em face de ausência da necessária solicitação da administração. Realizadas 2 (duas) edições da Pesquisa de Clima Organizacional, em 2012 e 2014. Nova edição depende de solicitação por parte da Administração. 2018: não demandada pela Administração. 2019: pesquisa bienal, portanto não realizada em 2019. Em 2020 não foi realizada pesquisa de clima organizacional.
Atendimento da Área da Saúde a todas as Unidades do Interior	9.6 Propiciar uma aproximação da equipe de saúde do TRT-PR com os magistrados e servidores lotados nas unidades do interior, por meio de intervenções pontuais nessas unidades.	Realizar 2 edições/ano. Em 2016, previstas em unidades da RMC.	Ação anual RESULTADOS: Em 2016 e 2017, em razão de restrições orçamentárias, não houve a realização de edições do projeto. Em 2018, apesar de haver a previsão para a realização de quatro edições do projeto, foram realizadas apenas duas, considerando o surgimento de demandas extraordinárias que absorveram a disponibilidade dos servidores que atuam nesse projeto. Em 2019 foi realizada apenas uma edição do projeto, em razão das restrições orçamentárias. Não estão previstas novas edições do projeto para 2020, pelo mesmo motivo. Em 2020 não foram realizadas ações de atendimento ao

			interior, tendo sido viabilizado e criado o Canal Saúde e Qualidade de Vida, por meio do chat ConectaTRT9, com capacidade para atingir cerca de 5.000 pessoas.
PPRA / Laudo Ergonômico / Laudo de Insalubridade	9.7 Inspeccionar as unidades desta Corte, buscando antecipar / corrigir riscos físicos, químicos, biológicos e de acidente, a que os servidores estão expostos.	Realizar em 40% das unidades em 2016 e 100% em 2017.	<p>Ação anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Devido às restrições orçamentárias impostas em 2016, não foi possível alcançar a meta para o exercício.</p> <p>Em 2017 foi realizado PPRA em 100% das unidades do TRT9, por meio de contratação de empresa técnica especializada.</p> <p>Em 2018, a SEFIST demandou a contratação de empresa especializada em Segurança do Trabalho para realização do PPRA em todas as unidades judiciárias e administrativas do TRT. Nesse ano foi realizado o PPRA de 31 unidades do TRT na capital e interior; prevista a realização em mais 14 unidades no início de 2019.</p> <p>Adicionalmente, viabilizou-se a contratação de dois profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho que atuam junto à SEFIST, atendendo a demandas diversas relacionadas à segurança do trabalho e investigação de fatores causais de acidentes em serviço. Também realizam a análise dos PPRA's das empresas prestadoras de serviço no TRT.</p> <p>Em 2019 houve a implantação do PPRA, entrega dos laudos em 100% das unidades e visita do Técnico de Segurança do Trabalho terceirizado para verificação das adequações.</p>

			Foram realizadas novas ações em 2020, totalizando: Orientação/acompanhamento de Servidores/Magistrados com Restrições Laborais (120); Orientação/acompanhamento de Servidores com Deficiência (40); PCMSO - Exames Médicos Admissionais (19); PCMSO - Exames Médicos Periódicos (185); Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (2.608).
Avaliações dos postos de trabalho	9.8 Ajustes de mesa, cadeira, computador, apoios de pés e de antebraços, conforme demanda individual, da unidade ou a pedido da Seção Médico-Odontológica. Adaptação dos postos de trabalho às características antropométricas dos indivíduos.	Avaliar 100% das unidades até 2020.	Ação anual RESULTADOS: As ações anuais serão reavaliadas. Em 2018, realizaram-se avaliações em 75 postos de trabalho diferentes. Em 2019 realizaram-se avaliações em 2 unidades completas e outros 51 postos de trabalho diferentes. Em 2020 foram realizadas a Adaptação de Postos de Trabalho (5 locais) e Avaliação para Teletrabalho (em 33 locais).
Investigação de Acidente em Serviço	9.9 Investigar e registrar acidentes que ocorreram no âmbito desse Tribunal, buscando suas causas e consequências,	Investigar 100% dos acidentes ocorridos até 2017.	Ação anual RESULTADOS: As ações anuais serão reavaliadas. Em 2018 registrou-se a ocorrência de cinco acidentes em

	de modo a proporcionar meios de orientação aos esforços prevencionistas.		serviço, sendo investigadas 100% das ocorrências. Em 2019 registrou-se a ocorrência de cinco acidentes em serviço, sendo investigadas 100% das ocorrências.
Ginástica Laboral	9.10 Prevenção de LER/DORT mediante melhora da flexibilidade, mobilidade articular e relações interpessoais, entre outros.	Adesão de 100% das unidades até dezembro de 2017.	Mensal/Anual RESULTADOS: Em 2016, o programa deixou de ser realizado em virtude de restrição orçamentária. Sem previsão de retorno. Em 2017, o quadro não foi alterado em virtude de restrição orçamentária. Sem previsão de retorno. Em 2018, programa não realizado devido a restrições orçamentárias. Em 2019 o programa não realizado devido às restrições orçamentárias. Em 2020 o programa não foi realizado devido às restrições orçamentárias.
Brigada de emergência	9.11 Promover a efetiva atuação das Brigadas de Emergência nas unidades de Araucária, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá,	Implantar em 100% até 2017.	Ação anual RESULTADOS: O Projeto foi transferido, em 2017, para a responsabilidade da Secretaria Administrativa deste TRT. Conforme disposto no Código de Segurança contra Incêndio e Pânico CSCIP do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, o treinamento efetuado em 2015 teria validade de 2 (dois) anos,

	<p>Ponta Grossa e São José dos Pinhais.</p>		<p>para posterior reciclagem. Por isso, não houve treinamentos em 2017.</p> <p>Em 2018, 267 servidores lotados nas Unidades que contam com brigada de emergência fizeram reciclagem e formação de brigadistas: Curitiba 180, Araucária 2, São José dos Pinhais 7, Paranaguá 6; Apucarana 8, Toledo 5, Cornélio Procópio 9, Cascavel 12, Ponta Grossa 7, Foz do Iguaçu 5, Londrina 12, Maringá 14.</p> <p>A Administração, preocupada com a segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados, estendeu a formação de brigadistas para outras unidades do Paraná, onde 48 servidores concluíram treinamento.</p> <p>Arapongas 1, Assis Chateaubriand 1, Bandeirantes 1, Campo Largo 1, Campo Mourão 2, Colombo 3, Cianorte 1, Dois Vizinhos 1, Guarapuava 4, Irati 1, Ivaiporã 2, Jacarezinho 1, Jaguaríava 2, ; Laranjeiras do Sul 1, Mal Cândido Rondon 2, Palmas 1, Palotina 1, Paranavaí 2, Pato Branco 3, Pinhais 1, Porecatu 2, Rolândia 2, Santo Antônio da Platina 2, Telêmaco Borba 2, União da Vitória 3, Umuarama 3, Wenceslau Braz 2.</p> <p>A responsabilidade pelo treinamento em 2018 ficou a cargo da Divisão de Segurança e Transporte, inserida na Secretaria Administrativa.</p> <p>Em 2019, 108 servidores lotados em diversas unidades do interior e Curitiba participaram da formação e reciclagem de brigadistas, com a brigada implantada em 100% das unidades onde há necessidade da mesma.</p>
--	---	--	--

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;

2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração. Os resultados devem ser apresentados desde 2015, a cada período de apuração, a partir de 2016.
3. Deve ser definido o período de apuração para todos os indicadores em que conste "Ação continuada". Para este eixo de atuação o período de apuração para todos os indicadores poder ser Anual.

Eixo de Atuação 10: Gestão de contratos de projetos de engenharia

Objetivo: Promover e difundir a prática de ações sustentáveis nas edificações do TRT-PR

Ação	Detalhamento da ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Eficiência energética - iluminação	10.1 Elaborar Termo de Cooperação Técnica com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), visando à eficiência energética das 65 edificações ocupadas por este TRT, através da substituição gradual das lâmpadas atuais por lâmpadas tipo led.	Atualmente nenhuma unidade possui iluminação exclusiva por sistema led	Formalizar Termo de Cooperação Técnica e implantar em 20% das unidades. Redução de 5% a 10% no consumo de energia por mês, por unidade.	Anual RESULTADOS: Durante o ano de 2016, a SEA buscou informações acerca do programa junto à concessionária de energia (COPEL) e outros órgãos públicos interessados. No entanto, considerando vários fatores de ordem técnica e processual, ainda não foi possível aderir ao Termo de Cooperação. No entanto, a utilização de lâmpadas LED vem sendo adotada como padrão nos projetos dos novos imóveis, como é o caso das Varas do Trabalho de Palmas, Bandeirantes e Porecatu e dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu, Toledo e Apucarana, bem como nos projetos de reforma, como na Reforma da Sobreloja do Anexo Administrativo e do Térreo do Fórum Trabalhista de Curitiba. Além disso, foram adquiridas 6.000 lâmpadas LED, através do Contrato 32/2017, para substituição gradativa no Fórum Trabalhista de Curitiba e no Edifício Rio Branco, sede do Tribunal nesta capital. Já no ano de 2017, considerando que permaneceram os fatores de ordem técnica e processual que dificultam a adesão ao Termo de Cooperação Técnica da COPEL, não foi possível aderir ao mesmo. Quanto à substituição gradual das lâmpadas para a tecnologia LED, continuou sendo implementada nos imóveis do TRT 9ª Região, tanto nos projetos novos, quanto

				<p>nos projetos de reforma.</p> <p>Em 2018, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura buscou informações acerca do programa junto à concessionária de energia (COPEL) e outro órgãos públicos interessados. No entanto, considerando vários fatores de ordem técnica e processual, não foi possível aderir ao Termo de Cooperação. Dentre eles destacam-se:</p> <p>1) O Tribunal seria responsável por contratar e fiscalizar a execução da obra de efficientização, incluindo todos os custos. O ressarcimento do valor seria realizado pela Copel posteriormente à execução de cada etapa do cronograma (página 94 - Cláusula Quarta - parágrafo 4, página 98 - Cláusula Oitava - parágrafo 1);</p> <p>2) Os ressarcimentos da Copel são previstos para serem realizados em conta corrente do proponente, da CEF ou Banco do Brasil (página 98 - Cláusula Oitava - parágrafo 2). Porém, o instrumento correto para depósito no Tribunal é a Guia de Recolhimento da União (GRU), sendo o valor depositado no Tesouro Nacional. Dessa forma, seria necessário viabilizar uma das opções: depósito em conta do TRT, ou a transferência do recurso recolhido no Tesouro Nacional para o TRT.</p> <p>3) É obrigatório o descarte do material retirado (página 23 - item 8.10). Como se trata de material adquirido com recurso público e que estará em funcionamento (lâmpadas, aparelhos de ar-condicionado), é necessário avaliar a legalidade desse descarte;</p>
--	--	--	--	---

			<p>4) O Termo de Cooperação Técnica prevê (página 99 - Cláusula Décima Segunda) uma série de penalidades no caso de atraso na execução da obra, não atingimento das metas de redução de consumo ou descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais. As penalidades vão desde a suspensão dos repasses, multas de 10% sobre o valor de contrato, devolução dos valores repassados e até o pagamento de eventuais multas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aplicadas contra a Copel em virtude desse processo. Dessa forma torna-se arriscada a participação, tendo em vista que a execução dependeria de, no mínimo, três contratações:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Fornecimento e substituição de equipamentos;2) Descarte de equipamentos retirados e;3) Medição de consumo, prévio e posterior, por empresa especializada para avaliar os resultados. <p>Desta forma, haveria risco de o Tribunal sofrer penalidades por atividades contratadas junto a terceiros, além do risco de penalização pelo não atingimento das metas de redução de consumo.</p> <p>No entanto, a utilização de lâmpadas LED vem sendo adotada como padrão nos projetos dos novos imóveis, como é o caso das Varas do Trabalho de Palmas, Bandeirantes, Porecatu e Dois Vizinhos e dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu, Toledo, Apucarana, bem como nos projeto de reforma do FT de Curitiba. Além disso, foram adquiridas 6.000 lâmpadas LED, através do Contrato 32/2017, para substituição gradativa</p>
--	--	--	--

				<p>nas demais unidades deste TRT, estando tal atribuição a cargo da área de conservação, ligada atualmente às Direções dos Fóruns.</p> <p>2019: Em que pese não tenha sido firmado o Termo de Cooperação Técnica com a COPEL, pelos mesmos motivos já informados em 2018, em todas as obras de reforma e de construção executadas 2019 foram implantadas lâmpadas LED, fazendo este tipo de lâmpada parte do escopo do projeto básico e padrão de todas as obras contratadas por esta SEA.</p> <p>Foram renovados para 2021 as ações de eficiência energética e de boas práticas na gestão e uso da água (SPU), conforme constou na proposta de revisão para o PLS 2021-2026.</p>
Eficiência energética - climatização por SPLIT	10.2 Substituir os equipamentos SPLIT existentes nos edifícios TRT400 e TRT147, por equipamentos com tecnologia inverter, que possuem melhor eficiência energética.	Quantidade de equipamentos instalados	Substituição de 175 equipamentos de ar condicionado, até 2020.	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, os equipamentos condicionadores de ar do tipo SPLIT, tecnologia Inverter, para substituição gradativa nas unidades judiciais foram adquiridos através do PO 68/2016, sendo que durante o exercício de 2016 foram substituídas, por Split Inverter, 31 máquinas no edifício TRT 147 e 2 máquinas no edifício TRT 400.</p> <p>No ano de 2017 foram adquiridos os seguintes equipamentos Split Inverter (2016/2017): 70 unidades de 27.000BTU e 108 unidades de 42.000 BTU; Equipamentos Split Inverter instalados (2016/2017): 23 unidades de 27.000 BTU e 4 unidades de 42.000 BTU.</p>

				<p>Em 2018, foram efetuadas substituições de equipamentos em diversas unidades deste TRT, cuja relação benefício/custo de manutenção já se encontrava desfavorável (24 equipamentos).</p> <p>Também, seguindo a padronização de equipamentos para as obras de novas sedes e reformas, foram instalados 12 equipamentos na nova sede da Vara do Trabalho de Porecatu, e 39 equipamentos nas obras de reforma do Fórum Trabalhista de Curitiba.</p> <p>2019: Em que pese a meta de "Substituição de 175 equipamentos de ar condicionado, até 2020", já tenha sido alcançada nos anos anteriores, em todas as obras de reforma e de construção executadas em 2019 foram implantados condicionadores de ar no sistema Split Inverter, fazendo este tipo de equipamento escopo do projeto básico e padrão de todas as obras contratadas pela SEA.</p> <p>Foram renovadas para 2021 as ações de eficiência energética e de boas práticas na gestão e uso da água (SPU), conforme constou na proposta de revisão para o PLS 2021-2026.</p>
<p>Eficiência energética - climatização por sistema VRF</p>	<p>10.3 Substituir os projetos de climatização padrão que se utilizam de equipamentos SPLIT por projetos de climatização por sistema VRF, que possuem</p>	<p>Sistemas instalados</p>	<p>Projeto e instalação nos novos Fóruns Trabalhistas (FT de Foz do Iguaçu).</p>	<p>Bianual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, o sistema de climatização VRF foi adotado nos projetos dos Fóruns Trabalhistas de Ponta Grossa e de Foz do Iguaçu. Funcionaram como piloto na análise da eficiência e aplicabilidade desta tecnologia na realidade das unidades judiciárias do TRT 9ª Região. Para os demais projetos, previsto sistema de climatização com Split Inverter, em detrimento da utilização de Sistema VRF, em virtude dos</p>

	<p>melhor eficiência energética.</p>		<p>elevados custos iniciais na implantação desse último, o que impactaria de forma significativa os orçamentos das obras. A adoção de tal medida enquadra-se no cenário de escassez de recursos públicos e considera, ainda, o fato do ganho de eficiência do Sistema VRF ficar menos evidenciado quando comparado ao sistema Inverter, sendo esse considerado tecnicamente como um meio termo entre a utilização de Split comum e o sistema tipo VRF.</p> <p>Já no ano de 2017, considerando o impacto relevante no custo das obras, continuou-se adotando o sistema SPLIT INVERTER nos projetos de climatização dos imóveis do TRT 9ª Região, considerando que este sistema traz um bom fator custo/benefício para estes sistemas, no que tange aos custos iniciais de instalação, custos de manutenção e de utilização.</p> <p>Em 2018, sistema de climatização VRF foi adotado nos projetos dos Fóruns Trabalhistas de Ponta Grossa e de Foz do Iguaçu. Ambos funcionarão como piloto na análise da eficiência e aplicabilidade desta tecnologia na realidade das unidades judiciárias do TRT 9ª Região. Para os demais projetos, previsto sistema de climatização com Split Inverter, em detrimento da utilização de Sistema VRF, em virtude dos elevados custos iniciais na implantação desse último, o que impactaria de forma significativa os orçamentos das obras. A adoção de tal medida enquadra-se no cenário de escassez de recursos públicos e considera, ainda, o fato do ganho de eficiência do Sistema VRF ficar menos evidenciado quando comparado ao sistema Inverter, sendo esse considerado</p>
--	--------------------------------------	--	---

				<p>tecnicamente como um meio termo entre a utilização de Split comum e o sistema tipo VRF.</p> <p>2019: permanecem as observações feitas em 2018, quais sejam: adotado sistema de climatização VRF nos projetos dos Fóruns Trabalhistas de Ponta Grossa e de Foz do Iguaçu (projeto piloto). Para os demais projetos, previsto sistema de climatização com Split Inverter.</p> <p>Foram renovadas para 2021 as ações de eficiência energética e de boas práticas na gestão e uso da água (SPU), conforme constou na proposta de revisão para o PLS 2021-2026.</p>
Projeto piloto de energia solar	10.4 Elaborar estudos visando ao projeto e instalação de captação de energia solar nas edificações deste TRT.		Alcançar a redução da energia elétrica consumida através da rede de distribuição da COPEL.	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>No ano de 2016, a equipe técnica da Secretaria de Engenharia e Arquitetura pesquisou e buscou conhecimentos acerca das tecnologias de captação de energia solar, bem como informações junto à COPEL acerca das possibilidades e viabilidade na implantação de sistemas alternativos de captação de energia solar e aplicabilidade na realidade do TRT 9ª Região.</p> <p>No ano de 2017, a equipe técnica da SEA deu continuidade às pesquisas sobre sistemas de captação de energia solar. Não foi possível executar projeto piloto para a aplicabilidade do sistema.</p> <p>Em 2018, foi elaborado estudo para aproveitamento de energia fotovoltaica na nova sede da Vara do Trabalho de Porecatu. Considerando as grandes dimensões do terreno,</p>

				<p>optou-se pela instalação das placas solares sobre o terreno em detrimento da opção de instalação sobre a cobertura do edifício, de forma a evitar futuros problemas na cobertura (infiltrações), decorrentes da própria instalação e de manutenções no sistema.</p> <p>Foi contratada empresa especializada, através de adesão à Ata de Registro de Preços nº 13/2018, no valor de R\$ 314.625,00.</p> <p>A previsão de conclusão de instalação e funcionamento do sistema ficou marcada para abril/2019.</p> <p>Em andamento estudos visando ao aproveitamento de energia fotovoltaica, através do sistema "car port", que combina placas solares com cobertura de veículos. Tal solução visa a atender as demandas de instalação de cobertura de automóveis que vem sendo efetuadas por várias unidades, ao tempo em que possibilita o aproveitamento de energia solar, evitando a instalação do sistema sobre as coberturas dos imóveis.</p> <p>2019: O PROJETO PILOTO de geração de energia solar encontra-se em pleno funcionamento na unidade de Porecatu, em fase de monitoramento dos resultados.</p> <p>Foram renovadas para 2021 as ações de uso de energia alternativa, conforme constou na proposta de revisão para o PLS 2021-2026.</p>
Sistema de Reaproveitamento de Águas Pluviais	10.5 Instalação de sistema de reaproveitamento de águas pluviais nas obras das	04 unidades atualmente instaladas (FT de Ponta Grossa, FT de Maringá, FT de Pato Branco e FT de	10 unidades (inclusão da VT de Wenceslau Braz, VT de Palmas, VT	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p>

	novas Varas do Trabalho	Francisco Beltrão).	Bandeirantes, FT de Foz do Iguaçu).	<p>No ano de 2016, todos os projetos de imóveis novos desenvolvidos pela SEA possuem sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais. Como exemplo, podem ser citados os imóveis das Varas do Trabalho de Bandeirantes, Palmas e Porecatu e nos Fóruns Trabalhistas de Toledo, Foz do Iguaçu e Apucarana. O mesmo conceito está sendo aplicado nos projetos de reforma geral dos imóveis próprios desta Regional, como foi o caso do imóvel da Vara do Trabalho de Wenceslau Braz e do Fórum Trabalhista de Francisco Beltrão.</p> <p>Já no ano de 2017, todos os projetos acima mencionados foram executados ou se encontram em fase final de execução. Nos projetos das unidades de Rolândia e de Dois Vizinhos, em execução, será previsto sistema de coleta e aproveitamento de água da chuva, estando este conceito consolidado nos projetos das unidades deste Regional.</p> <p>Em 2018, todos os projetos de imóveis novos desenvolvidos pela SEA atualmente possuem sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais. Como exemplo, podem ser citados os imóveis das Varas do Trabalho de Bandeirantes, Palmas, obras finalizadas em 2017 e Porecatu, obra finalizada em 2018. No exercício de 2019, sistemas entregues para as obras nos Fóruns Trabalhistas de Toledo, Foz do Iguaçu e Apucarana</p> <p>2019: Em todas as obras de reforma e de construção executadas em 2019, foram implantados estes sistemas. Esse</p>
--	-------------------------	---------------------	-------------------------------------	--

				tipo de equipamento passou a ser escopo do projeto básico e padrão de todas as obras contratadas pela SEA. Possuem sistema de aproveitamento de águas pluviais as seguintes unidades: Rolândia, Porecatu, Palmas, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Pato Branco, Cascavel, Bandeirantes.
Conclusão do Projeto Padrão de Edificações deste TRT	10.6 Elaboração de Projeto Padrão de Edificações com a adoção de soluções de sustentabilidade através de: uso de iluminação natural, sombreamento de fachadas através de soluções arquitetônicas, permeabilidade do solo, reaproveitamento de águas pluviais, utilização de torneiras hidromecânicas, utilização de caixas acopladas, aproveitamento de energia solar, instalação de equipamentos de		<p>Solução Arquitetônica: 2015</p> <p>Solução de aproveitamento de águas pluviais: 2016</p> <p>Solução de aproveitamento de energia solar: 2017</p> <p>Solução de mobiliário ergonômico: 2017</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, o Projeto Padrão Modular do TRT 9ª Região foi aprovado através da Resolução Administrativa 036/2016, sendo fruto de Comissão instituída pelo TRT 9ª Região, onde houve a participação de servidores e magistrados, além da área técnica desta Corte. O projeto do Fórum Trabalhista de Apucarana foi o primeiro a ser concebido com base no Projeto Padrão Modular adotado pelo TRT 9ª Região.</p> <p>Já no ano de 2017, a unidade técnica deu continuidade ao aprimoramento e desenvolvimento dos Memoriais Descritivos de Projeto e de execução, de forma a implementar de forma gradual a utilização de materiais sustentáveis e de processos que minimizem o desperdício, a geração de resíduos e a poluição do meio ambiente. Nos projetos de reforma, tem-se priorizado o reaproveitamento e reutilização de materiais, ou ainda, quando não for possível a reaplicação por parte do TRT, os materiais servíveis estão sendo encaminhados para doação.</p> <p>A preocupação com o aproveitamento máximo da</p>

	<p>acessibilidade (NBR 9050), utilização de mobiliário ergonômico.</p>			<p>iluminação/ventilação natural nos projetos arquitetônicos, de forma a minimizar a utilização de sistemas de climatização e consequente economia de energia, bem como a utilização de materiais isolantes nas coberturas e forros, tem sido uma preocupação constante.</p> <p>No mesmo sentido, a equipe técnica tem optado por materiais com custo/benefício adequado, de forma a aumentar a durabilidade e diminuir os custos com manutenção.</p> <p>Em 2018, além de Apucarana, foram concebidas com Projeto Padrão Modular as novas sedes de: VT de Porecatu (obra entregue em 2018), FT de Foz do Iguaçu, FT de Toledo (obras em execução com entrega em 2019) e VT de Dois Vizinhos (obra contratada, com entrega em 2019).</p> <p>Nas obras novas, adotam-se as seguintes premissas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prover os ambientes de ventilação natural por meio de ventilação de fachadas e ventilação cruzada; • Utilização de telhas térmicas a fim de manter o conforto térmico e minimizar o uso dos condicionadores de ar; • Sombreamento de fachadas, tendo em vista a ocorrência de diversas solicitações de instalação de toldos nas janelas dos imóveis deste Regional, com vistas a minimizar a incidência direta de sol. • Adoção de válvulas de descarga por caixa acopladas e duplo botão de acionamento; • Instalação de torneiras com desligamento automático nos WCs públicos; • Aproveitamento das águas pluviais, para uso no
--	--	--	--	---

				<p>jardim e limpeza externa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prover os ambientes de iluminação natural mediante a utilização de domos translúcidos com sply, proporcionando maior iluminação natural; luminárias dotadas de bandejas refletoras de alto desempenho; Troca de luminárias por modelos mais eficientes; • Troca de reatores por modelos mais eficientes; • Instalação de controle fotoelétrico, para racionamento da utilização da energia elétrica; • Instalação de controle de tempo nos Fóruns Trabalhistas, dotados de automação em sua iluminação externa; • Pintura de paredes, tetos e pisos de cores claras, conforme padrão do CSJT; • Dimensionamento do sistema de ar-condicionado para a carga real, sem excessos; • Adoção de projeto luminotécnico direcionado à eficiência energética. <p>Nos projetos de reforma, tem-se priorizado o reaproveitamento e reutilização de materiais, ou ainda, quando não for possível a reaplicação por parte do TRT, os materiais servíveis estão sendo encaminhados para doação.</p> <p>A preocupação com o aproveitamento máximo da iluminação/ventilação natural nos projetos arquitetônicos, de forma a minimizar a utilização de sistemas de climatização e consequente economia de energia, bem como a utilização de materiais isolantes nas coberturas e forros, tem sido uma</p>
--	--	--	--	--

				<p>preocupação constante.</p> <p>No mesmo sentido, a equipe técnica tem optado por materiais com custo/benefício adequado, de forma aumentar a durabilidade e diminuir os custos com manutenção.</p> <p>2019: O projeto Projeto Padrão de Edificações deste TRT encontra-se concluído e aprovado pelo Pleno.</p>
--	--	--	--	--

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O objetivo do indicador deve ser revisto pela Subcomissão Gestora. O objetivo pode ser: Adoção de critérios sustentáveis na Gestão de contratos de projetos de engenharia;
3. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração.

Eixo de Atuação 11: Gestão de outros materiais/insumos Telefonia

Objetivo: redução do consumo com telefonia e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Incentivar uso de mensagens digitais	11.1 Gasto médio de contrato de telefonia fixa (R\$/quantidade de linhas)	Diminuir em 5%, com relação ao ano anterior.	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2015, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.411. Em 2016, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.402. Em, 2017, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.402 Em 2018, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.382 Em 2019, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.373 Em 2020, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.360</p> <p>Em 2015, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 191.637,31. Em 2016, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 138.452,29. Em 2017, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 110.640,39. Em 2018, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 91.223, 58. Em 2019, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 66.408,69. Em 2020, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 233.420,99</p>

			<p>Em 2015, o gasto médio foi de R\$ 56,18.</p> <p>Em 2016 o gasto médio foi de R\$ 40,69.</p> <p>Em 2017 o gasto médio foi de R\$ 32,52.</p> <p>Em 2018 o gasto médio foi de R\$ 27,00.</p> <p>Em 2019 o gasto médio foi de R\$ 19,69.</p> <p>Em 2020 o gasto médio foi de R\$ 19.625,94</p>
	<p>11.2 Gasto médio de contrato de telefonia móvel (R\$/quantidade de linhas)</p>	<p>Diminuir em 5%, com relação ao ano anterior.</p>	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2015, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 301.</p> <p>Em 2016, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 242.</p> <p>Em 2017, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 242.</p> <p>Em 2018, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 228.</p> <p>Em 2019 a quantidade de linhas telefonia móvel era de 225.</p> <p>Em 2020 a quantidade de linhas telefonia móvel era de 225.</p> <p>Em 2015, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 308.457,26.</p> <p>Em 2016, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 296.719,04.</p> <p>Em 2017, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 175.989,97</p> <p>Em 2018, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 108.097,66.</p>

			<p>Em 2019, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 103.276,79.</p> <p>Em 2020, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 98.085,47.</p> <p>Em 2015, o gasto médio foi de R\$ 1.024,77.</p> <p>Em 2016 o gasto médio foi de R\$ 1.226,11.</p> <p>Em 2017 o gasto médio foi de R\$ 727,23.</p> <p>Em 2018 o gasto médio foi de R\$ 474,11.</p> <p>Em 2019 o gasto médio foi de R\$ 459,00.</p> <p>Em 2020 o gasto médio foi de R\$ 8.173,79.</p>
11.3 Gasto total de contrato de telefonia fixa (R\$)	Redução de 10% consumo total de 2015	Mensal/Anual RESULTADOS:	<p>Em 2015, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 191.637,31.</p> <p>Em 2016, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 138.452,29.</p> <p>Em 2017, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 110.640,39.</p> <p>Em 2018, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 91.223,58.</p> <p>Em 2019, o gasto total com telefonia fixa foi de R\$ 64.967,52.</p> <p>Em 2020, o gasto total com telefonia fixa foi de R\$ 233.420,99.</p>
11.4 Gasto total de contrato de	Redução de 10% consumo total de 2015	Mensal/Anual RESULTADOS:	<p>Em 2015, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 308,457,26.</p>

	<p>telefonia móvel (R\$)</p>		<p>Em 2016, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 296.719,04. Em 2017, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 175.989,97. Em 2018, o gasto total com telefonia móvel foi de R\$ 108.097,66. Em 2019, o gasto total com telefonia móvel foi de R\$ 102.804,09. Em 2020, o gasto total com telefonia móvel foi de R\$ 98.085,47.</p>
--	------------------------------	--	---

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve apresentar as ações a serem realizadas para alcance do objetivo e metas;
3. O objetivo pode ser alterado para: "Promover a redução do consumo com telefonia (em R\$) e, conseqüentemente, obter economia da despesa."

Eixo de Atuação 12: Gestão de outros materiais/insumos Combustível

Objetivo: Reduzir o consumo de combustível com a frota de veículos do TRT-PR e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Objetivo específico	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<p>Diminuir itinerários sempre que possível; manutenção preventiva; uso preferencial de etanol.</p>	<p>12.1 Consumo de gasolina da frota oficial de veículos</p>	<p>Diminuir 10% em relação ao ano anterior</p>	<p>Mensal/Anual RESULTADOS: Em 2017 o consumo de gasolina foi de 23.680,46 litros. Em 2018 o consumo de gasolina foi de 21.970,84 litros. Assim, houve aumento de 7,2% entre os anos de 2017 e 2018. Em 2019 o consumo de gasolina foi de 29.836,63 litros Em 2020 o consumo de gasolina foi de 9.845,60 litros</p> <p>A quilometragem total rodada pela frota do TRT em 2018 foi de 351.385 km, enquanto em 2019 foi de 598.217 km. Registre-se que a demanda pelo serviço de transporte advém de outras unidades judiciais e administrativas.</p>
	<p>12.2 Consumo de etanol da frota oficial de veículos</p>	<p>Diminuir 10% em relação ao ano anterior</p>	<p>Mensal/Anual RESULTADOS: Em 2017 o consumo total de etanol foi de 4.690,11 litros. Em 2018 o consumo total de etanol foi de 5.855,40 litros.</p>

			Em 2019 o consumo total de etanol foi de 5.040,02 litros. Em 2020 o consumo total de etanol foi de 1.650,74 litros
	12.3 Consumo de diesel da frota oficial de veículos	Diminuir 10% em relação ao ano anterior o gasto com combustíveis.	Mensal/Anual RESULTADOS: Em 2017 o gasto total de diesel foi de 12.298,83 litros. Em 2018 o gasto total de diesel foi de 11.182,31 litros. Em 2019 o gasto total de diesel foi de 15.968,99 litros. Em 2020 o consumo total com diesel totalizou 8.865.75 litros. A quilometragem total rodada pela frota do TRT em 2018 foi de 351.385 km, enquanto em 2019 foi de 598.217 km. Registre-se que a demanda pelo serviço de transporte advém de outras unidades judiciais e administrativas. No âmbito da SA, houve aumento das viagens para entrega de materiais diretamente pela equipe da DMP (van - diesel), que, porém, resultou economia na despesa com a contratação de transportadora da ordem de R\$ 146.956,73 (considerados os custos com diárias e combustíveis).

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Objetivos Específicos" deve ser denominado "Plano de Ação".
3. O objetivo pode ser alterado para: "Reduzir o consumo de combustível da frota de veículos do TRT-PR e, conseqüentemente, obter economia da despesa."
4. Deve ser criado o seguinte indicador para este eixo de atuação: "Consumo total de combustível da frota oficial de veículos". Os demais indicadores devem informar que se trata de consumo em litros.

Eixo de Atuação 13: Critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.

Objetivo: Aplicar as regras e critérios sustentáveis já estabelecidos para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo para todo TRT9. (Áreas responsáveis: DMP e SG)

Indicador	Descrição	Ação	Meta	Apuração e Resultados
<p>"Boas práticas" disponibilizadas aos usuários via intranet, em razão do cumprimento da Etapa 6 do Projeto 22/2013;</p> <p>Quantidade de chamados técnicos.</p>	<p>13.1 Desfazimento adequado de toners para impressoras. (Logística reversa)</p>	<p>Promover o reaproveitamento de materiais de consumo e descarte ecologicamente adequado daqueles materiais sem reaproveitamento pelos usuários.</p> <p>Ação contínua.</p>	<p>100% do material descartado</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Pontua-se que o desfazimento deste material é instruído por documentação que inclui cópia de relatório que discrimina a quantidade de toners e o valor pago por cada tipo, cópia do cheque nominal a cooperativa ou associação de catadores cadastrada e respectiva declaração de recebimento da doação do valor financeiro (declaração emitida pela organização de catadores). No ano de 2016 foram vendidos 497 toners, no valor total de R\$ 1.848,00. Em 2017, foram 1134 toners, no valor total de R\$2.924,00.</p> <p>Esses valores foram revertidos para cooperativas da região.</p> <p>Verificou-se que em anos anteriores não havia logística reversa, mas sim direcionamento de valores para a Cooperativa de catadores registrada. Esses valores eram recebidos com a venda dos toners a empresa especializada e repassada à CATAMARE (Cooperativa registrada junto ao Tribunal).</p> <p>Conforme entendimento SA/DMP, os dados do Eixo 1, item 01.2, poderão ser de mesmos valores.</p>

<p>Norma em vigor - Recomendação CNJ 11/2007;</p> <p>Quantidade de contratações para transporte, tratamento e destinação final (descarte) às lâmpadas, reatores e outros materiais já utilizados pelo TRT9.</p>	<p>13.2 Desfazimento adequado de lâmpadas fluorescentes. (Logística reversa)</p>	<p>Promover o reaproveitamento de materiais de consumo e descarte ecologicamente adequado daqueles materiais sem reaproveitamento pelos usuários.</p> <p>Ação contínua.</p>	<p>100% do material descartado</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foi efetuado contrato para a descontaminação de 2.198 lâmpadas do Núcleo de Apoio Administrativo da Setorial de Londrina, no valor total de R\$ 1.099,00.</p> <p>Em 2017, foi efetuado contrato para descontaminação de 5.375, no valor de R\$2.687,75.</p> <p>Houve um aumento de 245%, devido à troca de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas Led, desde 2012, com a implantação da logística reversa.</p> <p>Assim, desde 2015 (1.619 lâmpadas) a logística reversa destas lâmpadas fluorescentes não tem ocorrido, pois, apesar de previsão contratual, as empresas fornecedoras preferem receber multa contratual em lugar de cumprir o contrato e promover o recolhimento e destinação final ambientalmente adequada das lâmpadas inservíveis.</p> <p>Conforme entendimento SA/DMP, os dados do Eixo 1, item 01.4, poderão ser de mesmos valores.</p>
<p>Ato 30/2016 sobre administração de materiais e patrimônio</p>	<p>13.3 Atender ao cronograma de aquisições e entrega de materiais.</p>	<p>Tornar a movimentação de materiais de consumo mais sustentável, com a implantação de procedimentos para controle, padronização e</p>	<p>Ação continuada</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Este indicador deve ser revisado, pois não há metas e objetivos estabelecidos.</p>

		racionalização.		Em 2019, houve saneamento geral do estoque e implantação de sistema RFID para controle patrimonial.
Política de sustentabilidade do estoque.	13.4 Estocar o mínimo necessário.	Tornar a movimentação de materiais de consumo mais sustentável, com a implantação de procedimentos para controle, padronização e racionalização.	Ação Continuada	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Desfazimento de lâmpadas usadas:</p> <p>Conforme já relatado acima, as empresas fornecedoras de lâmpadas (LED) não puderam efetuar o recolhimento de lâmpadas queimadas na mesma quantidade fornecida, considerando que esse tipo de lâmpada começou a ser usada somente no exercício 2016, não havendo, assim, lâmpadas a serem recolhidas.</p> <p>Com relação às lâmpadas fluorescentes, a empresa Paraná Business Materiais Elétricos Ltda., recolheu, em 18/07/2016, 1.475 lâmpadas fluorescentes queimadas, em atenção ao Ofício SG 006/2016.</p> <p>Quanto às 125 unidades de lâmpadas tubulares fluorescentes 14W, citadas anteriormente, a empresa Geziane Cunha Furlan - ME fez recolhimento de 125 lâmpadas usadas, conforme Ofício CSG 002/2017 encaminhado à referida empresa.</p> <p>Em decorrência do corte orçamentário no último exercício, também não houve contratação de empresa especializada para recolhimento e destinação adequada de lâmpadas queimadas.</p> <p>Diante de tal cenário, o número de lâmpadas usadas que se encontraram em depósito no edifício sede Cajuru, em que</p>

				<p>pese ter havido o recolhimento parcial, conforme já citado, era de aproximadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1.000 unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares de 32/40 W; - 4.500 unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares de 16/20 W; - 200 unidades de lâmpadas de bulbo fluorescentes; - 100 unidades de lâmpadas de vapor de sódio, usadas em refletores; - 150 unidades de lâmpada incandescente; - 100 unidades de reatores. Esta Coordenadoria pretende, durante o presente exercício, solicitar a contratação de empresa especializada para o recolhimento e destinação adequada das lâmpadas usadas que se encontram estocadas. <p>2019: Saneamento geral do estoque</p>
<p>Adquirir veículos para o TRT9 em consonância com regras e critérios de sustentabilidade.</p> <p>(Área Responsável: SST)</p>	<p>13.5 Norma em vigor - Resolução do CSJT nº 68/2011.</p>	<p>Utilizar veículos movidos por combustível renovável, com selo CONPET de Eficiência Energética Veicular (concedido pelo Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados</p>	<p>Reduzir a emissão de poluentes e o consumo de combustível Até 2020</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Entre 2016 e 2017 foram adquiridos 03 (três) novos veículos Toyota Corola XEi 2.0 Flex 16V, por adesão à Ata de Registro de Preços, os quais possuem selo CONPET.</p> <p>Relata-se que foram encontradas dificuldades para cumprir os critérios gerais e estabelecer tais regras dentro do Eixo 13.5, devido à restrição orçamentaria, substituir os veículos mais antigos da frota, que apresentam maior</p>

		do Petróleo e do Gás Natural).		<p>consumo de combustível e custo de manutenção, por veículos novos, com o selo CONPET.</p> <p>O alto custo dos veículos elétricos e híbridos ainda não permitiu a aquisição de veículos desta categoria.</p> <p>Em 2019 não foram adquiridos veículos.</p> <p>Em 2020 não houve aquisição de veículos</p>
--	--	--------------------------------	--	--

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração.

4. INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Não foi realizado em 2020 o inventário, mas renovada a intenção para 2021, conforme constou da proposta de revisão para o PLS 2021-2026 por meio do seguinte indicador:

Identificar os itens de consumo (bens e serviços) onde estão inseridos os critérios de sustentabilidade (OBS.: Esta previsão inclui não somente critérios ambientais, mas também os sociais, econômicos e culturais, conforme dispõe o Plano de Logística Sustentável).

Foi estabelecida a seguinte meta:

Elaborar o inventário de bens e materiais do órgão, com a identificação dos itens aos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade. Nos demais itens, realizar a identificação de similares de menor impacto ambiental, social, econômico e cultural para substituição;

CONSIDERAÇÕES FINAIS (A ser definido pela CRSA)

"Quanto maiores são as dificuldades a vencer, maior será a satisfação." *Cícero*

Os dados apresentados em cada um dos eixos de atuação do PLS demonstram a enormidade do desafio assumido quando do início do trabalho em 2015. As metas estabelecidas foram arrojadas. Neste momento, necessário examinar e refletir sobre os dados coletados nos últimos 4 (quatro) anos, que fornecem panorama logístico do Tribunal, em suas diferentes áreas de atuação. É hora de, a partir dos indicadores apurados, formatar as novas ações de logística sustentável.

Os desafios são numerosos. Diversas metas de consumo não foram atingidas, citando-se, a título de exemplo, a redução de consumo de água e a eficiência energética. Não obstante os relevantes progressos realizados nos últimos anos, como a instalação de Usina Fotovoltaica na Vara do Trabalho de Porecatu, cuja produção deve ser suficiente para o próprio consumo da unidade,

absolutamente imprescindível que se dê continuidade a medidas da espécie e outras viabilizadoras do alcance dos objetivos traçados, com adoção de providências não apenas pontuais, mas também e principalmente macro sustentáveis.

O primeiro passo para a continuidade da utilização do PLS como importante ferramenta de sustentabilidade é a revisão das metas pela subcomissão do PLS e setores responsáveis pelos eixos respectivos, com adequação à nova realidade e às necessidades contemporâneas. O trabalho deve ser seguido de ampla divulgação e motivação das unidades para que se envolvam de forma concreta no desenvolvimento das atividades e se comprometam com o atingimento das novas metas.

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, assim agindo, avançará ainda mais no desejado e necessário caminho da sustentabilidade.

Ilse Marcelina Bernardi Lora
Desembargadora Presidente da Comissão de
Responsabilidade Socioambiental do TRT9